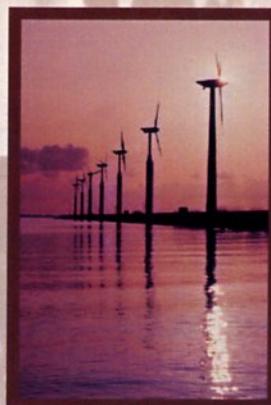
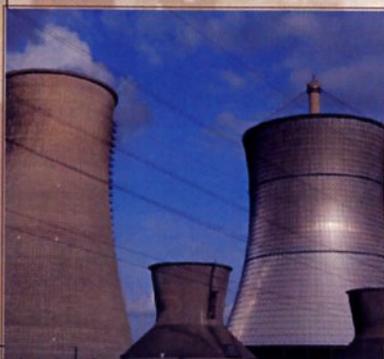




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Estatísticas do Ambiente

2002



Ano de edição **2004**

A Figura 64 da página 45 foi actualizada em 20-02-2009

Errata

Estatísticas do Ambiente 2002

- **Página 11 - substituição da figura 1:**

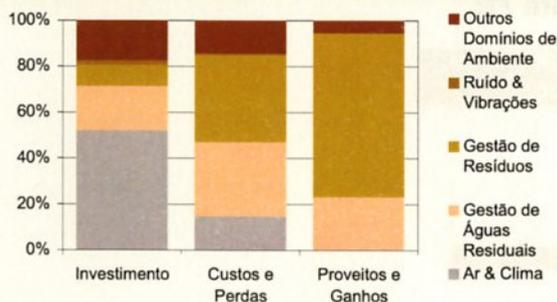
Figura 1

Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais						
Domínios de Ambiente	Anos	Total	Administrações Públicas			ISFL
			Central	Regional	Local	
Total	2001	871 556	320 913	47 390	495 670	7 583
	2002	898 863	298 084	47 578	546 514	6 687
Qualidade do ar & clima	2001	10 039	8 930	2	1 107	-
	2002	918	609	171	137	-
Gestão de águas residuais	2001	274 143	86 183	5 708	182 252	-
	2002	245 788	72 750	4 077	168 961	-
Gestão de resíduos	2001	297 248	11 412	25 158	260 678	-
	2002	371 410	7 418	32 940	331 052	-
Solos, águas subterrâneas & superficiais	2001	282	-	222	60	-
	2002	2 457	-	377	2 080	-
Ruído & vibrações	2001	161	-	-	161	-
	2002	292	-	-	292	-
Biodiversidade & paisagem	2001	211 183	153 549	10 853	43 587	3 194
	2002	203 728	156 896	6 937	35 408	4 487
Protecção contra radiações	2001	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	2001	4 616	3 981	10	625	-
	2002	2 507	551	285	1 671	-
Outras actividades de protecção do ambiente	2001	73 884	56 858	5 437	7 200	4 389
	2002	71 763	59 860	2 791	6 912	2 200

- **Página 16 - no título da figura 13 deve ler-se: "Caudal captado para abastecimento, por tipo de entidades gestoras"**
- **Página 32 - substituição da figura 38:**

Figura 38

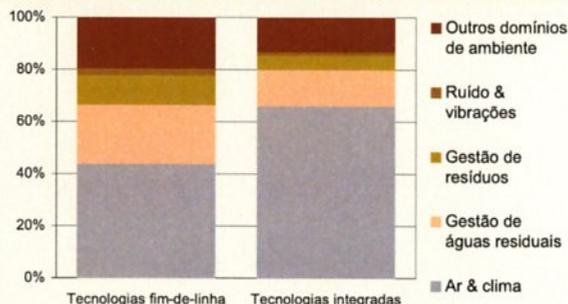
Estrutura das principais variáveis por domínios de ambiente (2002)



- **Página 33 - substituição da figura 41:**

Figura 41

Investimentos, por tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (2002)



- **Página 33 - substituição da figura 42:**

Figura 42



- **Página 38 - no título da figura 51 deve ler-se:**
“Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos”

- **Página 42 - no título da figura 56 deve ler-se:**
“Pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, por regiões segundo o tipo de prestação de serviço”

- **Página 52 - no título da figura 71 deve ler-se:**
“Inquérito ao Ambiente – Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção – Taxa de resposta em 2002”

- **Página 55 - substituição da figura 72:**

Figura 72



RESUMO

Em 2002, a despesa das **Administrações Públicas** em gestão e protecção do ambiente atingiu cerca de 899 milhões de euros (-3% do que em 2001), o que representou 0,69% do Produto Interno Bruto. Entre os vários subsectores institucionais, destaca-se a Administração Local, que contribuiu com 61% da despesa total; a Administração Central representou 33%.

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destaca-se a despesa das Administrações Públicas com a “Gestão de Resíduos” (41% do total).

A despesa da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registou um decréscimo de 7% relativamente ao ano anterior, tendo atingido cerca de 298 milhões de euros (321 milhões de euros em 2001).

Em 2002, 91% da população portuguesa tinha abastecimento público de água domiciliário, correspondente a 9,5 milhões de pessoas (+2% que no ano anterior).

No que se refere às águas residuais, cerca de 73% dos portugueses, equivalente a 7,5 milhões de pessoas, eram servidas por sistemas de drenagem de águas residuais, tendo correspondido a um acréscimo de 3% face a 2001.

A despesa em gestão e protecção do ambiente efectuada pela Administração Local aumentou 5% comparativamente a 2001, totalizando cerca de 572 milhões de euros em 2002.

No ano 2002 o esforço das **Empresas** na protecção ambiental atingiu os 117 milhões de euros de investimentos em tecnologias e equipamentos fim-de-linha, 70 milhões de euros de investimentos em tecnologias integradas e 184 milhões de euros em custos e perdas.

No que respeita à distribuição dos investimentos por domínios de ambiente no ano 2002, verifica-se que o domínio “Qualidade do Ar e Clima” absorveu 97 milhões de euros, seguindo-se o domínio “Gestão de Águas Residuais” com 36 milhões de euros e os “Outros Domínios” com 32 milhões de euros.

As **Associações de Bombeiros** despenderam, em 2002, 277 milhões de euros, +14% em relação ao ano anterior. As acções desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros totalizaram cerca de 3 milhões de serviços prestados, destacando-se os serviços de Saúde que representaram 83% do total. Relativamente ao pessoal no activo dos Corpos de Bombeiros colaboraram, em 2002, cerca de 40 mil pessoas.

A despesa das **Organizações Não Governamentais de Ambiente** atingiu cerca de 8 milhões de euros. As actividades desenvolvidas por estas Organizações somaram perto de 4400 acções, com destaque para as acções de sensibilização pública, que corresponderam a 36% do total.

SUMMARY

In 2002, **General Government** expenditure on environmental protection and management, was up to 899 million euros, which corresponds to 3% more than in 2001, and 0.69% of GDP. Between the several institutional sub-sectors, emphasis goes to Local Administrations (Municipalities) representing 61% of the total expenditure; the share of Central Administration was 33%.

Waste Management, with a share of 41% of total expenditure, represents the first domain in General Government environmental expenditure.

The Central Administration, with 298 million euros expenditure on environment protection, represents a decrease of 7% compared with the previous year (2001) that registered nearly 321 million euros.

In 2002, 91% of the portuguese population had access to public water supply, which corresponds to 9.5 million inhabitants (2% more than the previous year).

With respect to waste water, nearly 73% of the population, equivalent to 7.5 millions persons, were served by public sewerage networks, which corresponds to 3% more, compared with 2001.

The expenditure on environment management and protection by Local Authorities account 572 million euros, an increase of 5% compared to 2001.

In 2002 the **Industry** financial efforts on environment protection raise up to 117 million euros investments on end-of-pipe technologies, 70 million euros investments on integrated technologies and around 184 million euros on current expenditures.

Distributing investments by environmental domains, "Air and Climate" share around 97 million euros of the total, followed by "Waste Water Management" with 36 million and "Other Domains" with 32 million euros.

The **Firemen Corps and Associations** expended in 2002 around 277 million euros, 14% more than in 2001. The Firemen Associations provided about 3 million actions, with emphasis to Health and Medical Emergency Services which represented 83% of the total. Those actions were carried out by 40 thousand persons.

The expenditure of **Non Governmental Organisations for Environment** sum up near 8 million euros. The NGO's surveyed, set up around 4 thousand distinct actions, with emphasis for the public awareness activities (36% of the total).

NOTA INTRODUTÓRIA

Na presente publicação, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a sua principal produção de dados estatísticos na área das “Estatísticas do Ambiente”.

A publicação mantém, em termos gerais, o mesmo tipo de informação da edição anterior. Todavia, realça-se a alteração que se verifica no formato de apresentação dos resultados, com o objectivo de contribuir para um mais fácil manuseamento e um maior esclarecimento face aos temas abordados.

A informação estatística divulgada nesta publicação corresponde a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas ainda, informação adicional que, desde que não se encontre sujeita a segredo estatístico, será fornecida em condições e suportes a acordar, dentro do regime de prestação de serviços e sob pedido específico dirigido ao INE.

No que respeita à informação sobre resíduos sólidos urbanos, e de acordo com o protocolo que o INE estabeleceu com o Instituto de Resíduos para aproveitamento administrativo de dados para fins estatísticos, será objecto de uma divulgação separada em momento posterior.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial à Direcção-Geral do Orçamento, Direcção Regional do Orçamento e Tesouro (Açores), Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade (Madeira), às Câmaras Municipais, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, às Organizações Não Governamentais de Ambiente e às Empresas, esperando que a mesma possa constituir um útil instrumento de trabalho para os utilizadores.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e aumentar o interesse de futuras edições.

Janeiro de 2004

SINAIS CONVENCIONAIS

- ... Dado Confidencial
- Resultado Nulo
- x** Dado não Disponível
- ” Estimativa
- * Dado Rectificado
- o** Dado Inferior a Metade do Módulo da Unidade Utilizada

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE – Rev. 2 Classificação das Actividades Económicas – Revisão 2

CGE Conta Geral do Estado

EUR Euros

INE Instituto Nacional de Estatística

ISFL Instituições Sem Fins Lucrativos

LVT Lisboa e Vale do Tejo

NUTS Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ONGA Organizações Não Governamentais de Ambiente

RA Região Autónoma

RAA Região Autónoma dos Açores

RAM Região Autónoma da Madeira

SFA Serviços e Fundos Autónomos

VVN Volume de Negócios

ESCLARECIMENTOS

Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Serviço de Estatísticas de Sectores de Actividade / Núcleo de Estatísticas do Ambiente

TELEF.: 21 842 61 00; Extensões: 1311, 1395.

FAX: 21 842 63 41

EMAIL: nuno.romao@ine.pt; mario.baptista@ine.pt;

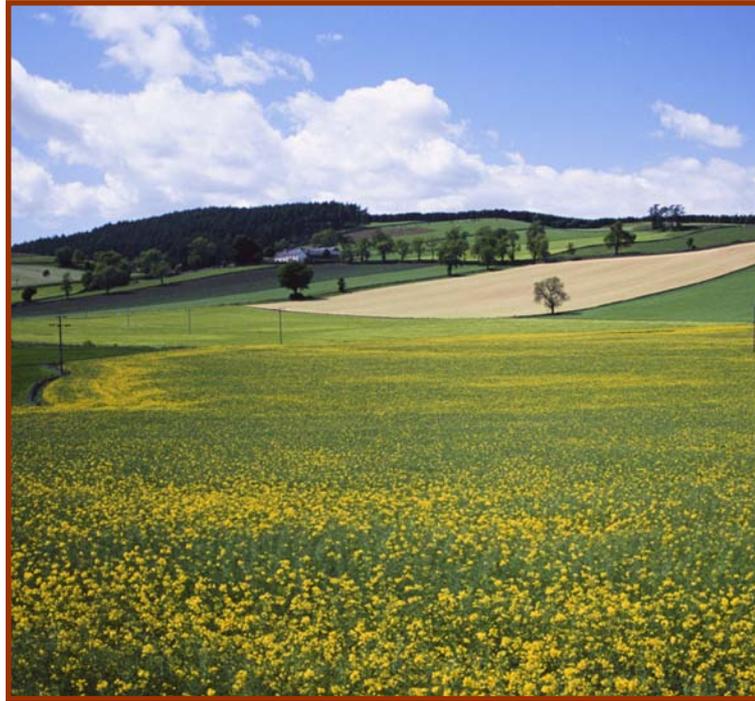
INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

ÍNDICE

RESUMO	3
SUMMARY	4
NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
ESCLARECIMENTOS	6
INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA	6
1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	11
2. EMPRESAS	31
3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	41
4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS	51
5. ANEXOS	69

Capítulo 1



ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2002, a **despesa consolidada das Administrações Públicas ascendeu a 898,9 milhões de euros em actividades de gestão e protecção do ambiente** (menos 3% do que em 2001), o que representou 0,69% do Produto Interno Bruto (0,71% no ano anterior) (Fig. 1).

Figura 1

Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos	Total	Administrações Públicas			ISFL
			Central	Regional	Local	
Total	2001	871 556	320 913	47 390	495 670	7 583
	2002	898 863	298 084	47 578	546 514	6 687
Qualidade do ar & clima	2001	10 039	8 930	2	1 107	-
	2002	918	609	171	137	-
Gestão de águas residuais	2001	274 143	86 183	5 708	182 252	-
	2002	245 788	72 750	4 077	168 961	-
Gestão de resíduos	2001	297 248	11 412	25 158	260 678	-
	2002	371 410	7 418	32 940	331 052	-
Solos, águas subterrâneas & superficiais	2001	282	-	222	60	-
	2002	2 457	-	377	2 080	-
Ruído & vibrações	2001	161	-	-	161	-
	2002	292	-	-	292	-
Biodiversidade & paisagem	2001	211 183	153 549	10 853	43 587	3 194
	2002	203 728	156 896	6 937	35 408	4 487
Protecção contra radiações	2001	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	2001	4 616	3 981	10	625	-
	2002	2 507	551	285	1 671	-
Outras actividades de protecção do ambiente	2001	73 884	56 858	5 437	7 200	4 389
	2002	71 763	59 860	2 791	6 912	2 200

O subsector institucional que mais contribuiu para o total da despesa em gestão e protecção do ambiente foi a Administração Local, com cerca de 61%, enquanto que a Administração Central se fixou nos 33%. Comparativamente a 2001, a Administração Local reforçou a sua posição relativa com um crescimento de 10%, ao passo que a despesa da Administração Central diminuiu 7%.

A Administração Regional e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) contribuíram com 5% e 1%, respectivamente.

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, **destacam-se a despesa efectuada pelas Administrações Públicas com os domínios “Gestão de Resíduos” (41%) e “Gestão de Águas Residuais” (27%)**. Outros domínios com um nível significativo de despesa foram a “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (23%) e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (8%), cabendo aos restantes quatro domínios apenas 1% da despesa total.

Registou-se Transferências, quer Correntes quer de Capital, entre os vários subsectores das Administrações Públicas no valor de 54,7 milhões de euros.

1.1. Administração Central

As despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente evidenciaram, em 2002, um decréscimo de 7% relativamente ao ano anterior, tendo atingido 298,1 milhões de euros (320,9 milhões de euros em 2001) (Fig. 2).

Esta redução verificou-se, nomeadamente, nos gastos do Estado (Conta Geral do Estado) com um decréscimo de 33%, enquanto que os gastos do subsector Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central se mantiveram praticamente inalterados.

(1) Entende-se por despesa consolidada das Administrações Públicas, as despesas efectuadas pelos subsectores da Administração Central, Regional e Local às quais foram retiradas as transferências entre estas unidades.

Figura 2

Despesa consolidada da Administração Central em gestão e protecção do ambiente, por agregados e sectores institucionais		
Agregados económicos	Anos	
	2001	2002
Total	320 913	298 084
Despesas Correntes	200 775	158 161
Estado (CGE)	81 605	81 092
Serviços e Fundos Autónomos	119 170	77 069
Despesas de Capital	120 138	139 923
Estado (CGE)	82 834	60 746
Serviços e Fundos Autónomos	37 305	79 177

O Serviços e Fundos Autónomos passaram a deter a maior parcela das despesas da Administração Central na área do ambiente, com 52%, correspondendo a 156,2 milhões de euros. Por sua vez, o Estado contribuiu com 48%, tendo assegurado cerca de 141,8 milhões de euros.

O montante das Transferências, quer Correntes quer de Capital, entre os vários sectores da Administração Central totalizaram cerca de 27,1 milhões de euros.

No que se refere à afectação das despesas pelos domínios de gestão e protecção do ambiente (Fig. 3), o domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” continua a ser o mais representativo, com 53% do total da despesa da Administração Central. De seguida, surgem os domínios “Gestão de Águas Residuais” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” que absorveram 24% e 20%, respectivamente.

Figura 3

Despesa consolidada da Administração Central, por domínios de ambiente		
Domínios de Ambiente	Anos	
	2001	2002
Total	320 913	298 084
Qualidade do ar & clima	8 930	609
Gestão de águas residuais	86 183	72 750
Gestão de resíduos	11 412	7 418
Solos & águas subterrâneas e superficiais	-	-
Ruído & vibrações	-	-
Biodiversidade & paisagem	153 549	156 896
Protecção contra radiações	-	-
Investigação & desenvolvimento	3 981	551
Outras actividades de protecção do ambiente	56 858	59 860

Comparativamente a 2001, as maiores variações percentuais ocorreram, pela positiva, nos domínios “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (+5%), “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (+2%) e, pela negativa, nos domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” (-93%), “Investigação e Desenvolvimento” (-86%) e “Gestão de Resíduos” (-35%).

Analisando apenas o sector Estado (CGE), em 2002, as despesas totalizaram 168,9 milhões de euros, representando um decréscimo de 33% em relação ao ano anterior (Fig. 4).

Figura 4

Despesas do Estado (CGE) em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos		
Agregados económicos	Anos	
	2001	2002
Total	253 084	168 911
Despesas Correntes	144 714	102 877
Despesas com o Pessoal	39 167	41 700
Aquisição de Bens e Serviços	39 821	35 436
Transferências Correntes	65 723	25 729
Outras Despesas Correntes	3	12
Despesas de Capital	108 370	66 034
Investimentos	65 782	56 946
Transferências de Capital	42 588	9 087
Outras Despesas de Capital	-	-

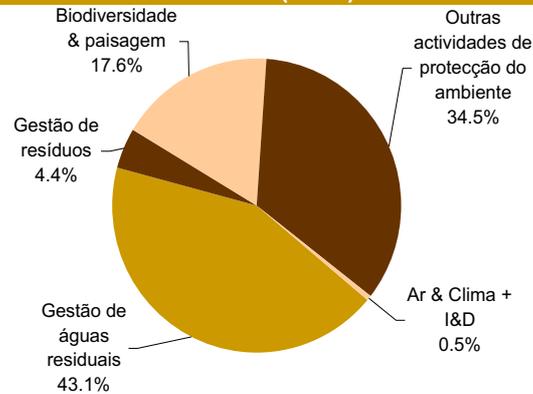
Esta diminuição verificou-se, essencialmente na rubrica “Despesas de Capital” (-39%), **com destaque para as “Transferências de Capital” que registaram uma redução de 79%**, enquanto que os “Investimentos” sofreram uma diminuição de cerca de 13%. Assim, as “Despesas de Capital” passaram a representar 39% do total da despesa efectuada pelo Estado (43% em 2001).

As “Despesas Correntes” contribuíram com 61% e as principais rubricas foram “Despesas com o Pessoal” (24%), “Aquisição de Bens e Serviços” (21%), e “Transferências Correntes” (15%). Comparativamente ao ano transacto, a maior variação registou-se nas “Transferências Correntes”, com um decréscimo de 61%, destinadas principalmente para SFA (88%). A variação negativa das “Despesas Correntes” situou-se nos 29%.

A maior parte da despesa em ambiente efectuada pelo Estado foi aplicada nos domínios “Gestão de Águas Residuais” (43%), “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (18%), e “Outros Domínios” com 35% (inclui “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”), tendo somado, em conjunto, 95% do total (Fig. 5).

Figura 5

Despesas do Estado (CGE) por domínios de ambiente (2002)



No domínio “Gestão de Águas Residuais”, 66% dos gastos do Estado foram destinados a “Investimentos”, 24% para a “Aquisição de Bens e Serviços” e 11% foram dirigidos para as “Despesas com o Pessoal”. Por sua vez, nas “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” a despesa foi distribuída pelas rubricas “Despesas com o Pessoal” (56%), “Aquisição de Bens e Serviços” (29%), “Investimentos” (11%) e “Transferências Correntes” (2,6%).

Figura 6

Despesas do Estado (CGE), por domínios de ambiente

Domínios de Ambiente	Anos		Unidade: 10 ³ EUR
	2001	2002	
Total	253 084	168 911	
Qualidade do ar & clima	8 930	609	
Gestão de águas residuais	86 183	72 750	
Gestão de resíduos	11 412	7 418	
Solos & águas subterrâneas e superficiais	-	-	
Ruído & vibrações	-	-	
Biodiversidade & paisagem	90 432	29 708	
Protecção contra radiações	-	-	
Investigação & desenvolvimento	522	172	
Outras actividades de protecção do ambiente	55 605	58 253	

Quanto ao domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem”, a rubrica “Transferências Correntes” que foi destinada essencialmente para SFA, foi a mais significativa, absorvendo cerca de 73% do total da despesa neste domínio, enquanto as “Transferências de Capital” representaram apenas 18%.

Como já foi referido anteriormente, as despesas dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central mantiveram-se, em 2002, tendo atingido 156,3 milhões de euros. Dos Serviços e Fundos Autónomos considerados, as despesas incidiram essencialmente em dois domínios: “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem”, com 99%, cabendo o restante ao domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (1%).

Relativamente à distribuição por rubricas económicas (Fig. 7), as “Despesas de Capital” tiveram uma participação de 51%, destacando-se as “Transferências de Capital” com 38%, seguindo-se os

“Investimentos” com apenas 13%, enquanto que “Despesas Correntes” contribuíram com 49%, com realce para a “Aquisição de Bens e Serviços” (20%) e “Transferências Correntes” (19%).

Figura 7

Despesas dos SFA em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos		
Agregados económicos	Anos	
	2001	2002
Total	156 474	156 256
Despesas Correntes	119 170	77 069
Despesas com o Pessoal	15 319	16 008
Aquisição de Bens e Serviços	29 743	31 633
Transferências Correntes	73 148	29 252
Outras Despesas Correntes	960	176
Despesas de Capital	37 305	79 186
Investimentos	13 063	20 190
Transferências de Capital	24 242	58 996
Outras Despesas de Capital	-	-

Face a 2001, as “Transferências de Capital” registaram um aumento de 113% e foram, na sua totalidade para a “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” tendo por beneficiário principal os Particulares (46%) seguido das Empresas (31%). As “Transferências Correntes” sofreram um decréscimo de 60% e, dirigiram-se essencialmente para a “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (99%), tendo como principal destinatário as Instituições Particulares (67%) seguido dos Particulares (20%). A “Aquisição de Bens e Serviços”, pelo contrário, aumentou 6%.

1.2. Administrações Regionais

1.2.2. Região Autónoma da Madeira

Na região da Madeira, as despesas em ambiente registaram um aumento de 37%, tendo atingido 47,6 milhões de euros em 2002 (Fig. 08).

Figura 08

Despesa consolidada da RA da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados		
Agregados económicos	Anos	
	2001	2002
Total	34 809	47 578
Despesas Correntes	7 442	10 991
Despesas com o Pessoal	2 165	2 667
Aquisição de Bens e Serviços	5 009	7 346
Transferências Correntes	269	978
Outras Despesas Correntes	-	0
Despesas de Capital	27 367	36 586
Investimentos	27 367	36 521
Transferências de Capital	-	65
Outras Despesas de Capital	-	-

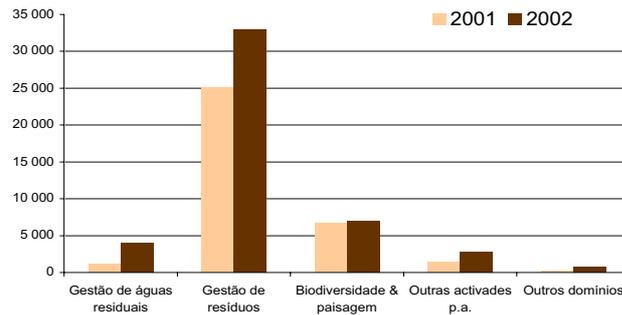
Este aumento verificou-se quer nos Órgãos do Governo Regional (OGR) com 37%, quer nos SFA da região com 17%. A participação dos OGR na despesa da região foi de 96%, valor ligeiramente superior a 2001 (95%).

O total das Transferências entre os vários subsectores da Administração Regional na região ascendeu a cerca de 171,2 mil euros. Relativamente à desagregação por grandes agregados económicos, as “Despesas Correntes” apresentaram um acréscimo de 48% que se traduziu, sobretudo, nas “Transferências Correntes” (+263%). No entanto, este tipo de despesa não excedeu os 23% do total, enquanto que as “Despesas de Capital” participaram com 77%.

Os gastos da região incidiram, sobretudo, nos domínios “Gestão de Resíduos” (69%), “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (15%), “Gestão de Águas Residuais” com 9% e totalizando, no conjunto, 93% da despesa (Fig. 09). Comparativamente a 2001, a principal variação positiva ocorreu em “Outros Domínios” com 256% (inclui “Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”) e “Gestão de Águas Residuais” (+236%).

Figura 09

Despesa consolidada da RA da Madeira, por domínios de ambiente



O subsector institucional OGR despendeu, em 2002, cerca de 45,8 milhões de euros em actividades de gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um aumento de 37% face ao ano anterior (Fig. 10).

Figura 10

Despesas do Governo Regional da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

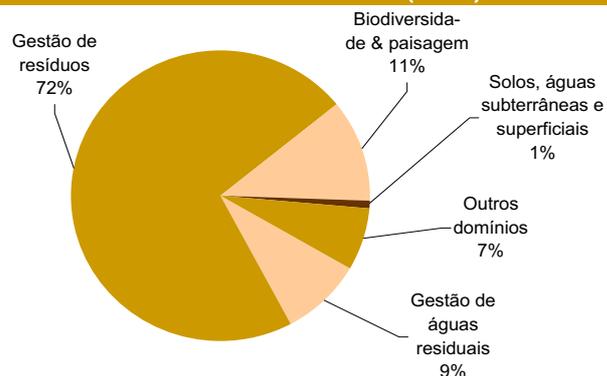
Agregados económicos	Anos		Unidade: 10 ³ EUR
	2001	2002	
Total	33 552	45 837	
Despesas Correntes	6 180	9 587	
Despesas com o Pessoal	1 168	1 571	
Aquisição de Bens e Serviços	4 683	6 998	
Transferências Correntes	329	1 018	
Outras Despesas Correntes	-	-	
Despesas de Capital	27 372	36 250	
Investimentos	27 189	36 090	
Transferências de Capital	182	160	
Outras Despesas de Capital	-	-	

Esta subida deveu-se às “Despesas Correntes” que evidenciaram um aumento de 55%, e foi devido, sobretudo a “Transferências Correntes” com mais 209% destinadas principalmente aos Particulares (68%) e aos SFA (28%). As “Despesas de Capital” mais representativas com 79% registaram um acréscimo de 32%.

Em termos de domínios de ambiente, a estrutura das despesas dos OGR é semelhante à verificada na região da Madeira (Fig. 11). Com efeito, a despesa mais importante dos Órgãos Regionais foi no domínio “Gestão de Resíduos” com 72%, seguidos pela “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (11%) e “Gestão de Águas Residuais” (9%), somando, em conjunto, 92% do total da despesa. Face a 2001, os principais aumentos registaram-se nos domínios “Gestão de Águas Residuais” (+235%), “Outros Domínios” (+123%), pelo lado inverso “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” teve uma redução de 5%.

Figura 11

Despesas do Governo Regional da Madeira por domínios de ambiente (2002)



Os SFA da região da Madeira, gastaram 1,9 milhões de euros em ambiente no ano de 2002, essencialmente no domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem”, distribuídos pelos agregados económicos, “Despesas com o Pessoal” (57%), “Investimentos” (23%) e a “Aquisição de Bens e Serviços” (18%).

Figura 12

Despesas dos SFA da RAM em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos

Agregados económicos	Anos		Unidade: 10 ³ EUR
	2001	2002	
Total	1 633	1 912	
Despesas Correntes	1 456	1 481	
Despesas com o Pessoal	997	1 096	
Aquisição de Bens e Serviços	325	348	
Transferências Correntes	134	36	
Outras Despesas Correntes	-	0	
Despesas de Capital	177	432	
Investimentos	177	432	
Transferências de Capital	-	-	
Outras Despesas de Capital	-	-	

1.3. Administração local

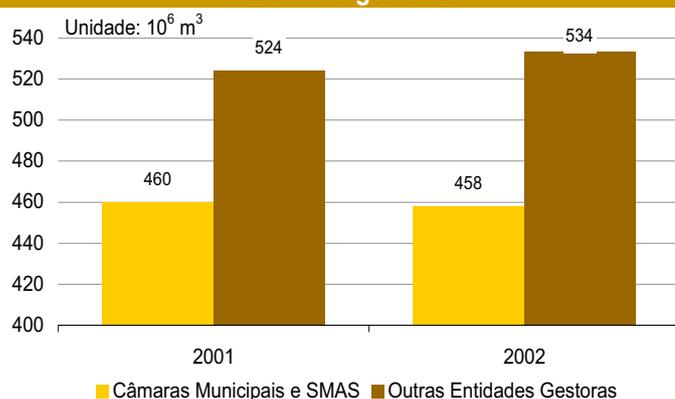
1.3.1. Dados físicos

1.3.1.1. Abastecimento de Água

Em 2002, **91% da população portuguesa tinha abastecimento público domiciliário de água**, o que correspondia a 9,5 milhões de pessoas (Fig. 16). Relativamente a 2001, a população servida com este tipo de infraestruturas aumentou ligeiramente (cerca de 2%).

Figura 13

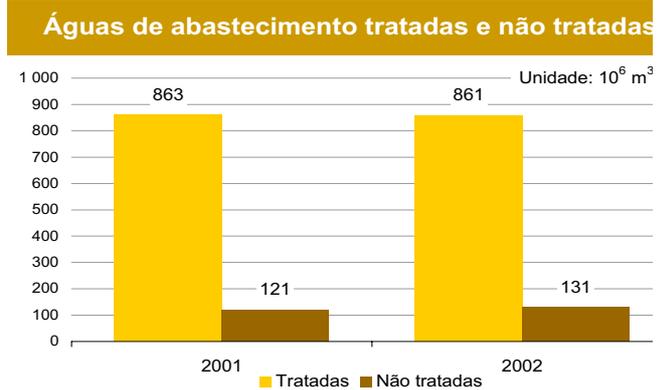
Caudal captado para abastecimento, por tipo de entidades gestoras



O caudal de água captado para abastecimento público atingiu 992 milhões de m³, dos quais 534 milhões (correspondentes a 54% do total) foram captados por outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água e os restantes 458 milhões pelos serviços municipais e municipalizados (Fig. 13). A origem do caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados foi, na sua maioria, proveniente de águas subterrâneas com 315 milhões de m³ (representando 69% do total), ao passo que apenas 143 milhões de m³ tiveram origem em águas superficiais.

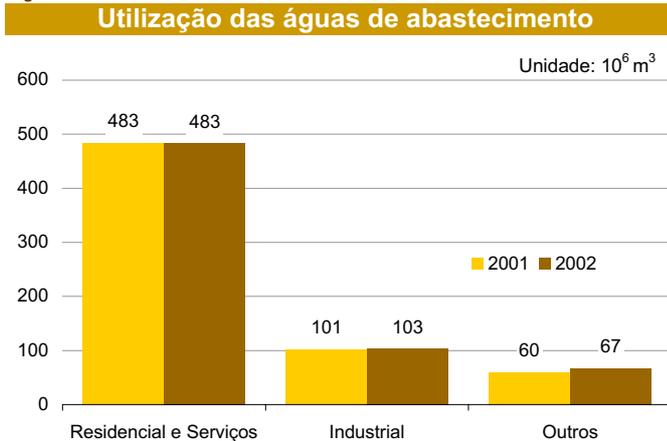
Comparativamente a 2001, a captação de água para abastecimento público registou um acréscimo de cerca de um ponto percentual, tendo-se verificado um decréscimo no caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados (-0,4%) e um aumento de 2% no fornecimento de água por parte de outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água, que passou de 524 milhões de m³, em 2001, para 534 milhões de m³, em 2002.

Figura 14



Cerca de 87% do volume de água captada para abastecimento sofreu tratamento através de estações especificamente destinadas para o efeito, percentagem ligeiramente inferior à do ano anterior (88%). O volume de água tratada, em 2002, fixou-se nos 861 milhões de m³, tendo correspondido a uma evolução negativa de -0,2% face a 2001. Esta situação deve-se ao facto de em anos anteriores se terem considerado, em alguns dos municípios, como tratamento de água, caudais que apenas eram submetidos a simples filtragem e/ou cloragem, o que não acontece em 2002.

Figura 15



Relativamente a 2001, o consumo de água de abastecimento aumentou 1%, tendo atingido os 652 milhões de m³. O maior volume de água de abastecimento teve como destino o consumo “Residencial e Serviços” (74%), sendo o restante repartido pela “Indústria” (16%) e “Outros Consumos” (10%).

As diferenças regionais

Relativamente à população servida com abastecimento público de água domiciliário, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira foram as regiões que apresentaram percentagens mais elevadas (99% e 98%, respectivamente). De seguida, surgem o Centro e os Açores ambas com cerca de 96% da população ligada a sistemas públicos de abastecimento de água. Pelo lado inverso, a região Norte continua a registar o valor mais baixo do País com apenas 82% da população servida, cerca de nove pontos percentuais abaixo da média nacional (91%).

Figura 16

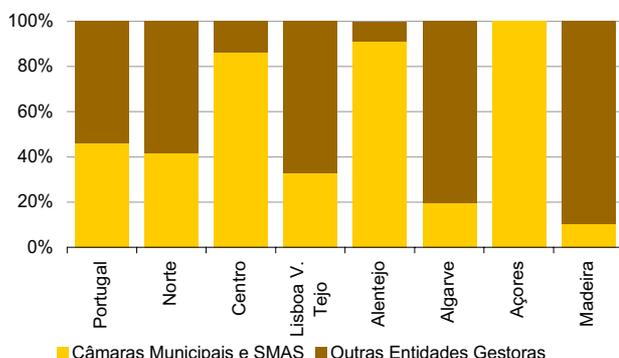
Percentagem de população residente, servida com abastecimento de água no domicílio, por regiões

Regiões	Anos	População	
		Servida em %	Não Servida em %
Portugal	2001	90.4	9.6
	2002	91.3	8.7
Norte	2001	78.8	21.2
	2002	81.6	18.4
Centro	2001	94.9	5.1
	2002	95.6	4.4
Lisboa e Vale do Tejo	2001	99.1	0.9
	2002	98.6	1.4
Alentejo	2001	92.4	7.6
	2002	92.5	7.5
Algarve	2001	90.7	9.3
	2002	89.3	10.7
Açores	2001	95.5	4.5
	2002	95.5	4.5
Madeira	2001	97.4	2.6
	2002	98.0	2.0

No que se refere à captação de água para abastecimento efectuada pelos serviços municipais e municipalizados, constata-se que houve um decréscimo de 0,4% a nível nacional. Nas regiões dos Açores, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, as captações efectuadas pelos municípios e serviços municipalizados aumentaram 6%, 2% e 0,3%, respectivamente. No resto do País a água captada por este tipo de entidades teve um decréscimo face a 2001, tendo-se registado a maior descida no Algarve com -19%, enquanto que no resto das regiões a diminuição de água captada por estas entidades não

Figura 17

Caudal de água captado para abastecimento público, por entidades gestoras (2002)



ultrapassou os -3%. Os maiores volumes de água captada pelos serviços municipais e municipalizados do País foram os das regiões de Lisboa e Vale do Tejo com 131 milhões de m³, seguidos do Centro e do Norte com 122 e 99 milhões de m³.

O fornecimento de água para abastecimento pelas outras entidades gestoras registou um acréscimo de 2% relativamente a 2001 (Fig. 18) e as principais variações ocorreram nas regiões do Alentejo (+41%) e do Algarve (+7%). Relativamente a variações negativas, estas ocorreram apenas no Centro (-17%) e em Lisboa e Vale do Tejo (-0,3).

Na região da Madeira 90% da captação de água para abastecimento, correspondente a 48 milhões de m³, foi efectuada por outras entidades gestoras, situação ligeiramente superior ao ano de 2001 (89%). Em seguida aparecem as regiões do Algarve, de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, em que o volume de água para abastecimento é captado, principalmente, por outras entidades gestoras, correspondendo a 80%, 67% e 58%, respectivamente. Nas restantes regiões do país a captação de água efectuada pelos serviços municipais e municipalizados é ainda bastante significativa, tendo no Centro uma representatividade de 86%, no Alentejo de 91% e nos Açores de 100%.

Em 2002, o tratamento de água para abastecimento¹ aumentou ligeiramente em quase todas as regiões, tendo as Regiões dos Açores, do Algarve e do Alentejo verificado os aumentos mais significativos com 12%, 7% e 6%, respectivamente. Na região de Lisboa e Vale do Tejo o volume de água tratada decresceu 5%, não por ter sido tratada menos água, mas sim, como já foi referido anteriormente, porque em 2002 não se consideraram como águas tratadas os caudais de certos municípios, que apenas eram sujeitos a simples filtragem e/ou cloragem.

Figura 18

Tratamento de água de abastecimento, por regiões

Regiões	Anos	Caudal tratado					Caudal não tratado
		Total Geral	Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados			Outras Entidades Gestoras	
			Total	Origem Superficial	Origem Subterrânea		
Unidade: 10 ³ m ³							
Portugal	2001	862 675	338 600	138 231	200 369	524 075	121 310
	2002	860 712	327 175	136 210	190 965	533 537	130 779
Norte	2001	217 392	87 370	68 327	19 043	130 022	14 692
	2002	221 993	83 799	64 174	19 625	138 194	15 067
Centro	2001	131 605	108 567	48 450	60 117	23 038	13 806
	2002	133 586	114 402	50 638	63 764	19 184	7 612
Lisboa e Vale do Tejo	2001	361 193	91 824	4 965	86 859	269 369	37 217
	2002	343 126	74 489	6 278	68 211	268 637	56 498
Alentejo	2001	22 606	19 611	15 970	3 641	2 995	24 641
	2002	23 859	19 645	14 621	5 024	4 214	24 720
Algarve	2001	51 798	-	-	-	51 798	16 685
	2002	55 435	-	-	-	55 435	13 527
Açores	2001	31 455	31 228	519	30 709	227	8 647
	2002	34 840	34 840	499	34 341	-	7 745
Madeira	2001	46 626	-	-	-	46 626	5 622
	2002	47 873	-	-	-	47 873	5 610

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que apresentaram maiores volumes de água tratada, com 343 milhões de m³ e 222 milhões de m³, respectivamente, tendo, em conjunto, contribuído com cerca de 66% do total nacional.

Relativamente à taxa de tratamento de água para abastecimento, as regiões do Centro (95%), do Norte (94%) e da Madeira (90%) foram as que apresentaram percentagens superiores à da média

nacional que se situou nos 87%. Pelo lado inverso, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo (86%), dos Açores (82%), do Algarve (80%) e do Alentejo (49%) situaram-se abaixo da média do País.

O consumo de água para abastecimento aumentou em quase todas as regiões do País (Fig. 19), tendo ocorrido o aumento mais significativo na região Centro (+8%). Nas restantes regiões, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo que apresentou um decréscimo de -2% nos consumos, a variação positiva não foi além dos 3%.

Figura 19

Tipo de consumidores de água de abastecimento, por regiões					Unidade: 10 ³ m ³
Regiões	Anos	Tipo de Consumidores			
		Total	Residencial e Serviços	Industrial	Outros
Portugal	2001	644 341	483 272	101 344	59 725
	2002	651 887	482 551	102 794	66 542
Norte	2001	158 078	127 984	17 691	12 403
	2002	160 994	120 534	20 975	19 485
Centro	2001	87 594	68 866	13 574	5 154
	2002	94 903	73 271	13 680	7 952
Lisboa e Vale do Tejo	2001	272 186	197 843	49 010	25 333
	2002	267 598	197 355	46 467	23 776
Alentejo	2001	31 503	24 762	4 697	2 044
	2002	31 564	25 688	4 577	1 299
Algarve	2001	41 107	31 898	7 017	2 192
	2002	41 457	32 354	6 951	2 152
Açores	2001	19 148	13 715	3 091	2 342
	2002	19 727	14 506	3 563	1 658
Madeira	2001	34 725	18 204	6 264	10 257
	2002	35 644	18 843	6 581	10 220

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte continuam a liderar em termos de volumes de água consumida, atingindo 268 milhões de m³, para a primeira região, e 161 milhões de m³, para a segunda. Nestas duas regiões, a repartição por tipo de consumidores é bastante uniforme: para o Norte, 75% do volume de água destinou-se ao consumo “Residencial e Serviços”, 13% ao consumo “Industrial” e 12% a “Outros Consumos”, enquanto que para Lisboa e Vale do Tejo, o consumo “Residencial e Serviços” foi de 74%, o “Industrial” cerca de 17% e os restantes 9% destinaram-se a “Outros Consumos”.

1.3.1.2. Águas residuais

Em 2002, **cerca de 73% dos portugueses**, equivalente a 7,5 milhões de pessoas, **eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais**, verificando-se um acréscimo de cerca 3% face ao ano anterior. Apesar deste crescimento, aproximadamente 2,9 milhões de pessoas ainda não tinham as suas águas residuais colectadas (Fig. 23).

Relativamente à população servida com estações de tratamento de águas residuais (ETAR), a situação continua bastante deficitária (Fig. 24). Em 2002, apenas **57% da população tinha as suas águas residuais ligadas a ETAR**, tendo a situação melhorado dois pontos percentuais face ao que se verificava em 2001, passando a abranger aproximadamente 6 milhões de portugueses (5,7 milhões de pessoas em 2001).

A produção de águas residuais, recolhidas pelos sistemas públicos, no ano de 2002, atingiu 527 milhões de m³, correspondendo a um acréscimo de cerca de 3% em relação ao ano anterior. As águas residuais de origem “Residencial e Serviços” atingiram 436 milhões de m³ e as de origem “Industrial” 90 milhões de m³.

Figura 20

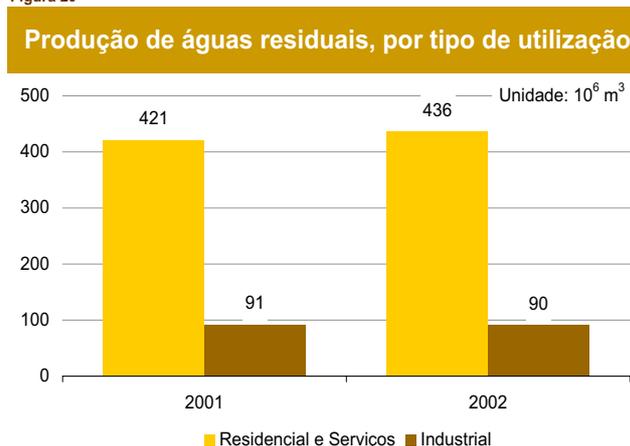
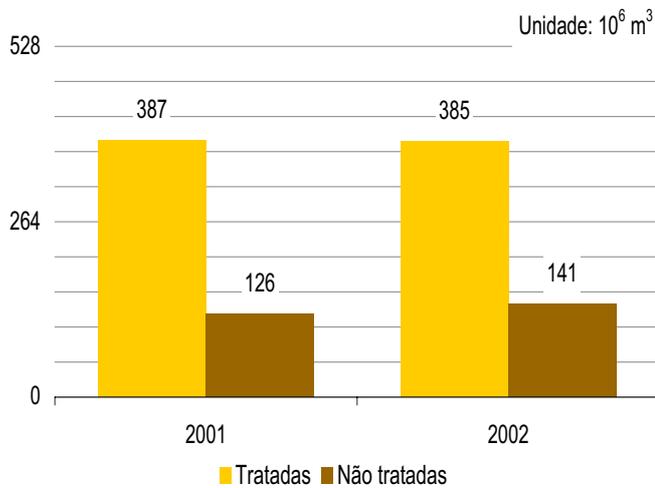


Figura 21

Quantidades de águas residuais tratadas e não tratadas

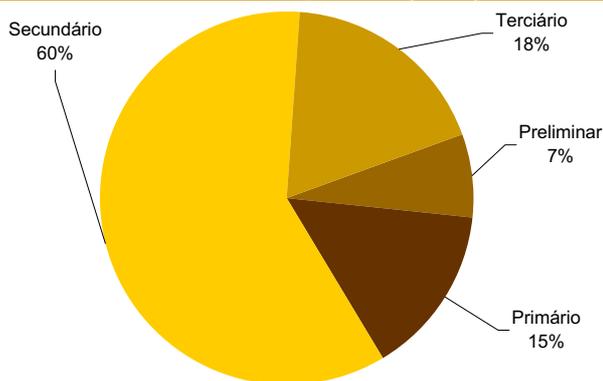


Do total das águas residuais produzidas e colectadas, **73% sofreram tratamento antes de se efectuar a sua descarga no destino final** (75% em 2001). O volume de águas residuais tratadas somou cerca de 385 milhões de m³, tendo correspondido a um decréscimo de -0,3% em relação a 2001.

Das águas residuais colectadas somente 7% sofreram tratamento preliminar, enquanto que 78% **receberam tratamento secundário ou terciário**. Relativamente a 2001, a estrutura de tratamento mantém-se, continuando o tratamento secundário a ser o mais utilizado, representando cerca de 60% do total tratado, em seguida surge o tratamento terciário com uma representatividade de 18%. O tratamento primário contribuiu com apenas 15% para o tratamento de águas residuais colectadas.

Figura 22

Estrutura das águas residuais por tipo de tratamento aplicado (2002)



As diferenças regionais

No que se refere à população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve foram as que apresentaram taxas de cobertura mais elevadas, com 92%, 87% e 82%, respectivamente.

Em situação inversa, as regiões do Centro (68%), Norte (57%), Madeira (53%) e Açores (33%) continuam a ter percentagens abaixo da média nacional que se situou nos 73%.

Figura 23

População residente, servida com sistemas de drenagem de águas residuais, por regiões

Regiões	Anos	População	
		Servida em %	Não Servida em %
Portugal	2001	71.0	29.0
	2002	72.5	27.5
Norte	2001	54.7	45.3
	2002	57.3	42.7
Centro	2001	66.2	33.8
	2002	68.0	32.0
Lisboa Vale do Tejo	2001	91.4	8.6
	2002	91.6	8.4
Alentejo	2001	86.7	13.3
	2002	87.2	12.8
Algarve	2001	80.8	19.2
	2002	81.9	18.1
Açores	2001	31.6	68.4
	2002	33.4	66.6
Madeira	2001	50.4	49.6
	2001	52.9	47.1

Relativamente à população servida com ETAR, o panorama é ligeiramente diferente face ao da drenagem de águas residuais. Cerca de 76% da população do Algarve, 72% da população do Alentejo e cerca de 70% da população de Lisboa e Vale do Tejo beneficiavam de ligação a sistemas de tratamento de águas residuais, percentagens bem acima da média nacional (57%). Abaixo da média do País apresentaram-se as regiões da Madeira, Norte e Açores, representando 49%, 44% e 15%, respectivamente. A região Centro situou-se a par com a média nacional com 57,5% da população servida por ETAR.

Figura 24

População residente, servida com estações de tratamento de águas residuais, por regiões

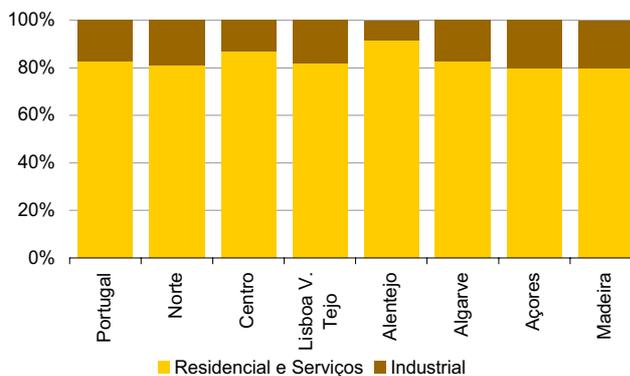
Regiões	Anos	População	
		Servida em %	Não Servida em %
Portugal	2001	54.9	45.1
	2002	57.0	43.0
Norte	2001	42.3	57.7
	2002	43.5	56.5
Centro	2001	54.4	45.6
	2002	57.5	42.5
Lisboa Vale do Tejo	2001	67.1	32.9
	2002	70.0	30.0
Alentejo	2001	70.2	29.8
	2002	72.4	27.6
Algarve	2001	75.0	25.0
	2002	76.4	23.6
Açores	2001	14.8	85.2
	2002	15.2	84.8
Madeira	2001	47.3	52.7
	2001	48.7	51.3

Comparativamente a 2001, os maiores acréscimos verificaram-se nas regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo (ambas com +3%). No resto do País o acréscimo na percentagem de pessoas servidas com sistemas de tratamento de águas residuais não foi além dos 2%.

A nível regional, a evolução do caudal de águas residuais produzido foi muito distinta. Acima da média nacional, que correspondeu a um aumento médio de 3%, registou-se a região Centro com um valor de +14% e as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, com aumentos na ordem dos +7% e +6%, respectivamente. As restantes regiões registaram quebras que variaram entre os -0,3% (Algarve) e os -8% (Norte e Açores).

Figura 25

Origem de águas residuais, por distribuição geográfica (2002)



Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram produzidos, respectivamente, um caudal de 253 milhões e 122 milhões de m³ de águas residuais, representando no conjunto, cerca de 71,3% do total do País.

Relativamente às suas origens, cerca de 82% do volume de Lisboa e Vale do Tejo foi proveniente do caudal "Residencial e Serviços", enquanto na região Norte essa percentagem atingiu cerca de 81% da sua produção.

Assim, do volume total produzido, o caudal "Industrial" contribuiu apenas com 18%, na região de Lisboa e Vale do Tejo e 19% na região do Norte, tendo sido as regiões dos Açores e da Madeira aquelas em que se verificou um maior peso no caudal "Industrial", ambas com 20%.

O maior volume de águas residuais tratadas registou-se em Lisboa e Vale do Tejo, tendo totalizado 169 milhões m³, repartidos principalmente entre o tratamento secundário (56%) e o primário (24%). De seguida, surge a região Norte com 88 milhões de m³ de águas residuais tratadas, dos quais, cerca de 61% sofreram tratamento do tipo secundário e 28% do tipo terciário.

Entre 2001 e 2002, os principais acréscimos no tratamento das águas residuais foram verificados nas regiões do Centro (+15%), do Alentejo (+11%) e do Algarve e dos Açores (ambas com +4%). No sentido inverso, houve decréscimos nas regiões do Norte (-9%) e de Lisboa e Vale do Tejo (-21%), resultando esta situação do facto de a produção de águas residuais ter aumentado em alguns municípios que ainda não são abrangidos por sistemas de tratamento de águas residuais.

As regiões que apresentaram maiores percentagens de águas residuais tratadas foram as regiões do Algarve (94%), do Centro (90%) e da Madeira (85%), percentagens bem acima da média nacional que se fixou nos 73%. As regiões dos Açores (20%), de Lisboa e Vale do Tejo (67%) e do Norte (72%) continuam a apresentar as menores taxas de tratamento de águas residuais (Fig.26).

Figura 26

Tratamento de águas residuais, por regiões								Unidade: 10 ³ m ³
Regiões	Anos	Caudal tratado					Caudal não tratado	
		Total	Tratamento					
			Preliminar	Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	2001	386 523	23 118	39 499	235 900	88 006	125 707	
	2002	385 222	27 788	56 356	230 098	70 980	141 354	
Norte	2001	96 717	4 730	12 965	47 308	31 714	36 154	
	2002	87 773	796	8 767	53 864	24 346	34 253	
Centro	2001	52 437	2 113	3 341	46 607	376	6 306	
	2002	60 312	1 505	3 612	52 455	2 740	6 442	
Lisboa e Vale do Tejo	2001	171 489	1 050	19 303	112 370	38 766	64 842	
	2002	168 600	11 565	40 145	94 655	22 235	84 834	
Alentejo	2001	17 483	771	3 283	12 330	1 099	4 798	
	2002	19 434	825	3 234	14 934	441	4 243	
Algarve	2001	34 646	1 756	232	16 607	16 051	3 624	
	2002	35 864	847	168	13 641	21 208	2 293	
Açores	2001	1 722	1 059	375	288	-	8 073	
	2002	1 791	1 051	430	310	-	7 219	
Madeira	2001	12 029	11 639	-	390	-	1 910	
	2002	11 448	11 199	-	239	10	2 070	

Relativamente ao tipo de tratamento utilizado, o tratamento secundário foi o mais utilizado em quase todas as regiões do País, com excepção da Madeira, onde o tratamento preliminar se destacou com 98% e dos Açores, onde o tratamento preliminar atingiu os 59%. A região do Algarve foi a que utilizou mais o tipo de tratamento terciário, com 59%.

1.3.2. Dados económicos

No ano de 2002, os Municípios despenderam 571,8 milhões de euros em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um acréscimo de cerca de 5% face ao ano transacto (Fig.27).

Figura 27

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente					Unidade: 10 ³ EUR
Domínios de Ambiente	Anos	Agregados económicos			
		Total	Despesas correntes	Despesas de capital	
Total	2001	546 272	331 057	215 216	
	2002	571 757	366 279	205 478	
Qualidade do ar & clima	2001	172	161	11	
	2002	137	130	8	
Gestão de águas residuais	2001	194 276	32 149	162 127	
	2002	177 275	38 737	138 537	
Gestão de resíduos	2001	286 794	257 045	29 749	
	2002	334 625	288 149	46 475	
Solos & águas subterrâneas & superficiais	2001	60	37	24	
	2002	5 069	728	4 342	
Ruído & vibrações	2001	161	154	6	
	2002	292	165	127	
Biodiversidade & paisagem	2001	56 520	35 253	21 266	
	2002	45 231	31 498	13 733	
Protecção contra radiações	2001	-	-	-	
	2002	-	-	-	
Investigação & desenvolvimento	2001	678	373	305	
	2002	1 671	222	1 450	
Outras actividades de protecção do ambiente	2001	7 612	5 885	1 727	
	2002	7 457	6 650	807	

No que se refere à afectação das despesas pelos domínios de gestão e protecção do ambiente, em primeiro lugar surge o domínio “Gestão de Resíduos” que absorveu 334,6 milhões de euros, dos quais 288,1 milhões destinaram-se a “Despesas Correntes”, correspondendo a despesa deste domínio a cerca de 59% do total das despesas efectuadas pelos Municípios. O domínio “Gestão de Águas Residuais”, absorvendo 177,3 milhões de euros, ascendeu a 31% da despesa total. Neste domínio, 4/5 da despesa foi direccionada para “Despesas de Capital”, correspondendo a 138,5 milhões de euros. O domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” constitui o terceiro domínio de acções de protecção ambiental que envolvem montantes mais expressivos por parte dos Municípios, ascendendo globalmente a 45,2 milhões de euros, o que representa cerca de 8% da despesa total.

Comparativamente a 2001, os maiores acréscimos em termos relativos ocorreram nos domínios “Investigação e Desenvolvimento” (+146%) e “Protecção contra o Ruído e Vibrações” (+81%), no entanto, ambos tiveram pouca representatividade na estrutura da despesa (0,3% para o primeiro domínio e 0,1% para o segundo). Pelo sentido negativo, há a registar as quebras ocorridas nos domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” (-20%) e “Gestão de Águas Residuais” (-9%). O domínio “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” apresentou um crescimento de 8348%, não devido à evolução natural das despesas, mas sim a uma mudança metodológica na recolha da informação, que enquadrou as actividades relacionadas com a “Luta contra a Poluição dos Rios e Ribeiras e Limpeza do Litoral” neste domínio e não no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem (que consequentemente apresentou uma variação negativa de -20%), como era feito em anos anteriores.

Analisando em termos de agregados económicos, as “Despesas Correntes” em 2002, totalizaram 366,3 milhões de euros, dos quais 172,3 milhões de euros se destinaram a “Despesas com o Pessoal” e 148,8 milhões de euros a “Aquisição de Bens e Serviços” (Fig.29). As “Despesas de Capital” somaram 205,5 milhões de euros e a maior parcela foi para “Investimentos”, que atingiu 161,5 milhões de euros, valor inferior ao verificado no ano 2001 (190,4 milhões de euros).

Figura 28

Despesas dos Municípios, por agregados económicos (2002)

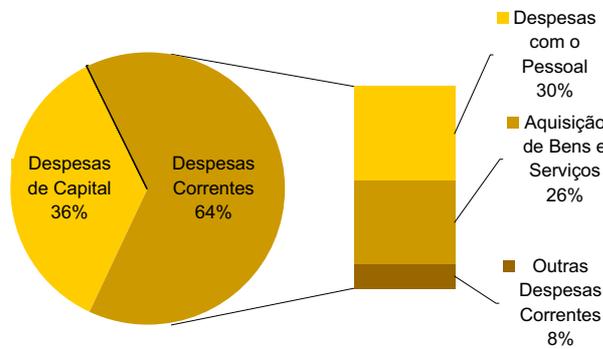


Figura 29

Despesas dos Municípios por agregados económicos, segundo as regiões								
Agregados económicos	Regiões							
	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	571 757	152 047	99 966	206 042	34 498	47 438	13 206	18 560
Despesas Correntes	366 279	92 930	53 220	147 081	22 019	33 358	6 423	11 248
Despesas com o Pessoal	172 308	33 334	25 107	72 656	14 803	13 695	4 034	8 679
Aquisição de Bens e Serviços	148 825	47 506	23 197	49 938	6 284	17 713	1 906	2 280
Transferências Correntes	36 935	10 515	4 282	20 310	235	1 087	312	195
Outras Despesas Correntes	8 212	1 574	634	4 176	697	863	172	95
Despesas de Capital	205 478	59 117	46 746	58 961	12 478	14 080	6 783	7 312
Investimentos	161 546	42 912	39 938	45 922	10 949	13 123	4 891	3 810
Transferências de Capital	34 080	15 671	5 526	10 045	623	537	1 649	30
Outras Despesas de Capital	9 852	534	1 282	2 994	906	421	244	3 471

Relacionando os domínios de gestão e protecção do ambiente que tiveram maior expressão monetária em 2002, e os agregados económicos, verifica-se que no domínio “Gestão dos Resíduos”, as rubricas mais significativas foram “Despesas com o Pessoal e “Aquisição de Bens e Serviços”, ascendendo a 259,2 milhões de euros no seu conjunto e representando 77,4% da despesa total no domínio. No que diz respeito ao domínio “Gestão de Águas Residuais”, a situação apresenta-se bastante diferente: a rubrica mais significativa refere-se a “Investimentos”, correspondendo a 121,9 milhões de euros, que representaram 68,8% no total da despesa do domínio. As rubricas “Despesas com o Pessoal” e Aquisição de Bens e Serviços” neste domínio, atingiram apenas o valor de 35,2 milhões de euros, não representando mais do que 20% do total da despesa.

As diferenças regionais

Relativamente à distribuição geográfica, constata-se que a despesa efectuada pelos Municípios em gestão e protecção do ambiente, para o ano de 2002, aumentou nas regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Açores e diminuiu nas regiões Centro, Algarve e Madeira (Fig.30). As maiores variações positivas ocorreram nas regiões dos Açores (+28%), do Alentejo (+26%) e do Norte (+19%). No que diz respeito às variações negativas mais significativas, estas ocorreram nas regiões do Algarve (-22%) e da Madeira (-5%). **Os municípios das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram os que mais despenderam em acções de protecção ambiental**, com 206 e 152 milhões de euros, respectivamente, e que em conjunto, corresponderam a 62,6% da despesa global das autarquias.

Em geral, **os domínios “Gestão de Águas Residuais”, “Gestão de Resíduos” e “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” absorvem a maior parte dos montantes financeiros aplicados pelas Câmaras Municipais em acções de gestão e protecção do ambiente**, representando em média 97% do total das despesas. Quanto à distribuição da despesa por domínio em cada uma das regiões, esta apresentou-se bastante uniforme, sendo o domínio “Gestão de Resíduos” aquele que absorveu mais recursos financeiros, seguido dos domínios “Gestão de Águas Residuais” e “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”.

Figura 30

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as regiões									
Domínios de Ambiente	Anos	Regiões							
		Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
		Unidade: 10 ³ EUR							
Total	2001	546 272	127 599	101 228	199 302	27 331	60 925	10 304	19 584
	2002	571 757	152 047	99 966	206 042	34 498	47 438	13 206	18 560
Qualidade do ar & clima	2001	172	15	60	97	-	-	-	-
	2002	137	16	42	79	-	-	-	-
Gestão de águas residuais	2001	194 276	40 364	44 981	62 410	9 177	30 723	3 738	2 882
	2002	177 275	51 388	43 919	46 834	10 461	17 708	4 214	2 751
Gestão de resíduos	2001	286 794	75 448	41 299	112 129	16 441	24 854	5 436	11 187
	2002	334 625	88 881	38 605	139 148	21 359	25 404	8 607	12 620
Solos & águas subterrâneas & superficiais	2001	60	-	31	29	-	-	-	-
	2002	5 069	1 323	788	2 110	575	273	-	-
Ruído & vibrações	2001	161	7	6	147	-	-	-	-
	2002	292	18	127	147	-	-	-	-
Biodiversidade & paisagem	2001	56 520	9 371	14 538	20 358	1 333	5 196	743	4 980
	2002	45 231	8 802	15 493	12 158	1 584	4 053	226	2 914
Protecção contra radiações	2001	-	-	-	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	2001	678	10	-	528	-	-	66	74
	2002	1 671	1	1	1 570	-	-	9	91
Outras actividades de protecção do ambiente	2001	7 612	2 384	311	3 604	380	151	321	461
	2002	7 457	1 619	991	3 996	518	-	149	185

Todavia verificaram-se algumas excepções: na região Centro o domínio “Gestão de Águas residuais” (representando 44% do total da despesa da região) surge em primeiro lugar, seguido pelos domínios “Gestão de Resíduos” e “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, representando respectivamente, 39% e 16% do total de despesas. Na Madeira o domínio “Gestão dos Resíduos” segue a mesma tendência verificada nas restantes regiões, representando 67% das despesas na região. O domínio “Águas Residuais” por seu lado, assume menor significado, cerca de 15% das despesas da região, ligeiramente abaixo do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem (16%).

Em termos de agregados económicos, verifica-se que as “Despesas com o Pessoal” no conjunto do País, ascenderam a 172,3 milhões de euros, o que em termos relativos corresponde a 30% da despesa total. No que diz respeito às regiões verifica-se a mesma tendência, tendo a rubrica económica “Despesas com o Pessoal” tido uma importância que varia entre os 22% (na região Norte) e os 47% (na Madeira). A segunda rubrica económica que mais recursos financeiros absorveu foram os “Investimentos”, sendo mesmo a rubrica que mais importância teve em algumas regiões (Centro e Açores), ascendendo a 161,5 milhões de euros, o que em termos relativos, correspondeu a 28% do total da despesa do país.

Em 2002, as receitas dos Municípios provenientes das actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente (Fig. 31), totalizaram 199,9 milhões de euros, menos 2% que no ano anterior. A principal fonte de financiamento teve a sua proveniência nas “Receitas Correntes” que ascenderam a 140,8 milhões de euros e que representaram 70,5% no total da receita.

Figura 31

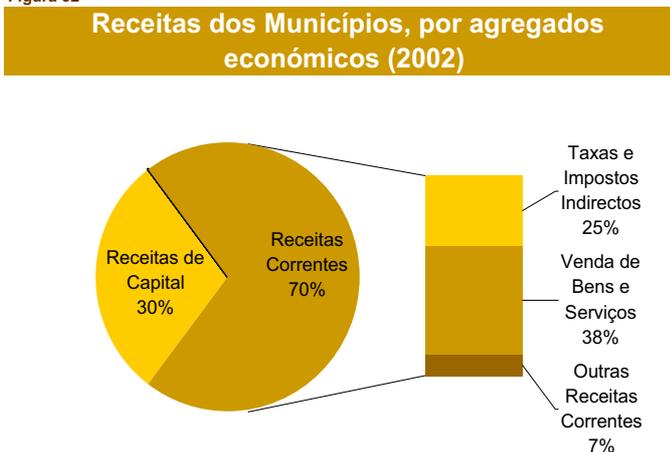
Receitas dos Municípios por domínios de ambiente				
Unidade: 10 ³ EUR				
Domínios de Ambiente	Anos	Agregados Económicos		
		Total	Receitas correntes	Receitas de capital
Total	2001	204 528	153 702	50 826
	2002	199 854	140 826	59 029
Qualidade do ar & clima	2001	-	-	-
	2002	-	-	-
Gestão de águas residuais	2001	109 507	68 251	41 256
	2002	114 748	72 348	42 400
Gestão de resíduos	2001	82 326	79 443	2 884
	2002	64 076	59 962	4 114
Solos & águas subterrâneas & superficiais	2001	-	-	-
	2002	3 016	1 224	1 792
Ruído & vibrações	2001	-	-	-
	2002	-	-	-
Biodiversidade & paisagem	2001	12 087	5 651	6 436
	2002	16 222	6 957	9 264
Protecção contra radiações	2001	-	-	-
	2002	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	2001	112	-	112
	2002	838	-	838
Outras actividades de protecção do ambiente	2001	495	357	138
	2002	955	336	620

Os domínios que mais contribuíram para este resultado foram “Gestão de Águas Residuais” (57%) e “Gestão de Resíduos” (32%). O domínio “Gestão de Águas Residuais” obteve 114,7 milhões de euros de receitas durante o ano de 2002, dos quais 72,3 milhões de euros foram provenientes de “Receitas Correntes” e 42,4 milhões de euros de “Receitas de Capital”. Por sua vez, o domínio “Gestão de Resíduos” gerou 64 milhões de euros de receitas, cabendo cerca de 94% deste montante a “Receitas Correntes”.

Comparativamente a 2001, o maior acréscimo relativo ocorreu no domínio “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, que no ano de 2001 não apresentou qualquer valor na receita e que em 2002 ascendeu a 3 milhões de euros. Seguidamente aparece o domínio “Investigação e Desenvolvimento” com um acréscimo de + 648% que resultou em grande parte de um financiamento obtido pelo município de Alcanena, para a construção de um Centro de Interpretação das Nascentes do rio Alviela e para um programa de estudo de preservação dos morcegos no concelho. Todavia a representatividade deste domínio foi de apenas 0,4% no total da receita. No que diz respeito a variações negativas, existiu apenas um domínio em que a receita diminuiu: o domínio “Gestão de Resíduos” que obteve para financiar as suas actividades menos 22% do que em 2001. Esta situação resulta das concessões de determinados serviços na área da gestão dos resíduos, que deixaram de ser executados pelas câmaras municipais.

No que se refere à desagregação dos agregados económicos, as rubricas mais significativas foram “Venda de Bens e Serviços” (77 milhões de euros) e “Transferências de Capital” (58,6 milhões de euros) que totalizaram, em conjunto, 68% do total das receitas dos Municípios. Para além destas rubricas destacaram-se as “Taxas, Impostos e Multas”, num montante global de 49,1 milhões de euros, representando cerca de 25% do total de receitas no conjunto do País.

Figura 32



Como já referido anteriormente, o domínio “Gestão de Águas Residuais” foi a componente ambiental que originou a maior parte das receitas, tendo gerado 50% das “Vendas de Bens e Serviços”, 72% das “Transferências de Capital” e 62% das “Taxas, Impostos e Multas”. Por sua vez, o domínio “Gestão de Resíduos” foi responsável por 49% das receitas provenientes da “Venda de Bens e Serviços” e apenas por 7% das “Transferências de Capital”, as “Taxas, Impostos e Multas” representaram 38% do total desta rubrica económica.

Figura 33

Receitas dos Municípios por agregados económicos, segundo as regiões								
Agregados económicos	Regiões							
	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	199 854	48 026	38 547	68 188	16 307	13 184	7 781	7 822
Receitas Correntes	140 826	29 374	18 483	64 019	7 713	10 632	3 541	7 064
Taxas e Impostos Indirectos	49 194	8 838	6 866	26 812	1 874	1 505	495	2 805
Venda de Bens e Serviços	76 979	19 824	6 259	35 050	752	8 264	2 572	4 258
Transferências Correntes	12 538	590	4 824	1 070	5 087	551	415	-
Outras Receitas Correntes	2 115	122	534	1 087	-	312	59	1
Receitas de Capital	59 029	18 652	20 063	4 168	8 595	2 552	4 240	759
Transferências de Capital	58 625	18 652	19 723	4 168	8 572	2 552	4 215	743
Outras Receitas de Capital	403	-	340	-	23	-	25	15

As diferenças regionais

Em termos regionais, em **Lisboa e Vale do Tejo (68,2 milhões de euros)**, no **Norte (48 milhões de euros)** e no **Centro (38,5 milhões de euros)** concentram-se os Municípios que geram a maior parte das receitas relacionadas com acções de gestão e protecção do ambiente (77%). Face a 2001, os principais acréscimos verificaram-se nas regiões dos Açores (+94%), do Centro (+38%) e do Norte (+30%), bem acima da média nacional que decresceu 2%. No que diz respeito a variações negativas, as regiões do Algarve (-35%) e de Lisboa e Vale do Tejo (-27%) diminuíram as suas receitas resultantes das actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente.

Analisando detalhadamente as receitas dos Municípios pelos vários domínios de gestão e protecção do ambiente, verifica-se que **em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente dos domínios “Gestão de Águas Residuais” e “Gestão de Resíduos”**. Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, estes dois domínios geraram receitas que representaram, respectivamente, 77% e 21% na primeira região, e 47% e 46% na segunda região.

Figura 34

Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as regiões									
Domínios de Ambiente	Anos	Regiões							
		Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	2001	204 528	36 915	28 005	93 281	15 064	20 236	4 001	7 026
	2002	199 854	48 026	38 547	68 188	16 307	13 184	7 781	7 822
Qualidade do ar & clima	2001	-	-	-	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de águas residuais	2001	109 507	14 981	18 758	54 129	6 273	11 192	1 613	2 561
	2002	114 748	22 567	21 477	52 310	6 491	5 756	3 265	2 882
Gestão de resíduos	2001	82 326	20 088	6 577	37 840	3 256	8 391	2 388	3 788
	2002	64 076	21 831	9 484	14 108	3 622	6 182	4 516	4 333
Solos & águas subt. e superficiais	2001	-	-	-	-	-	-	-	-
	2002	3 016	-	27	51	2 938	-	-	-
Ruído & vibrações	2001	-	-	-	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-	-	-	-
Biodiversidade & paisagem	2001	12 087	1 492	2 636	1 093	5 536	654	-	677
	2002	16 222	2 948	7 326	891	3 244	1 246	-	565
Protecção contra radiações	2001	-	-	-	-	-	-	-	-
	2002	-	-	-	-	-	-	-	-
Investigação & desenvolvimento	2001	112	-	-	112	-	-	-	-
	2002	838	-	17	821	-	-	-	-
Outras actividades de protecção do	2001	495	355	34	106	-	-	-	-
	2002	955	680	216	6	12	-	-	42

O domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” representou 20% das receitas da região do Alentejo e 19% da região Centro, enquanto que o domínio “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” absorveu 18% das receitas da região do Alentejo.

As receitas dos Municípios durante o ano de 2002 foram oriundas, na sua maioria da rubrica económica “Venda de Bens e Serviços”, ascendendo em termos médios a cerca de 39% do total da receita. Relativamente à “Venda de Bens e Serviços” nos municípios de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte a contribuição foi de 46% e 26%, respectivamente, enquanto que na rubrica “Transferências de Capital” foi o Centro a região que mais contribuiu, com 34%, seguido do Norte com 32%. A rubrica “Taxas, Impostos e Multas” foi mais participada pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro, tendo representado 39% do total das receitas da primeira região e 18% para as duas últimas, valores não muito diversos da média nacional (29%).

(Notas)

1 Em algumas regiões, devido à boa qualidade da água na origem, os caudais captados são submetidos a uma simples cloragem e filtragem, procedimentos que no contexto destas estatísticas não são definidos como “tratamento”. Todavia esta classificação não significa que a água distribuída seja de má qualidade.

Capítulo 2



EMPRESAS

2. EMPRESAS

2.1. Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente desenvolvidas pelas empresas da Indústria

2.1.1. Empresas que desenvolveram actividades de protecção ambiental

Os dados recolhidos referem-se à informação sobre “Investimentos”, “Custos e Perdas” e “Proveitos e Ganhos” das empresas em actividades cujo objectivo foi monitorar, prevenir, reduzir e eliminar a poluição, ou outros factores de degradação do ambiente, inerentes aos processos produtivos das empresas.

Classificando as empresas por sectores de actividade, registou-se, no ano 2002, uma variação entre 2% e 27% de empresas que afirmaram ter desenvolvido actividades de gestão e protecção ambiental (Fig. 48). O valor do sector das “*Petrolíferas*” (100%) é reflexo do reduzido número de empresas deste sector (duas empresas). Em relação ao ano 2001, verifica-se que todos os sectores registaram uma quebra no número de empresas que responderam afirmativamente no que respeita a aplicar meios e/ou realizar investimentos com o fim de protecção do ambiente. No conjunto dos sectores face a 2001, registou-se que, em média, menos 10% das empresas afirmam não ter realizado quaisquer investimentos ou aplicado meios nas acções de protecção de ambiental.

Avaliando esta característica com base na dimensão das empresas, segundo os escalões de pessoal ao serviço, verificamos que são as empresas de maior dimensão, aquelas que em maior proporção, referiram ter desenvolvido este tipo de actividade (Fig. 36).

FIGURA 36

Para cálculo da estimativa, foram consideradas as empresas que efectuaram, durante o ano 2002, investimentos em tecnologias de controlo ou redução da poluição (fim-de-linha e/ou integradas) e/ou empresas que suportaram

Figura 35



Figura 36

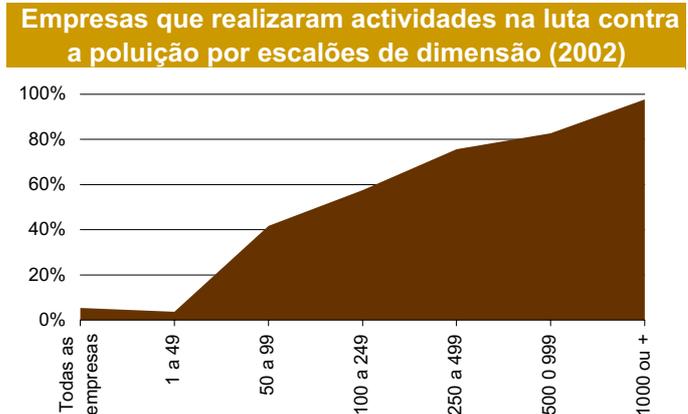


Figura 37

Percentagem de empresas por sectores económicos que realizaram investimentos ou desenvolveram actividades na luta contra a poluição, segundo os escalões de pessoal ao serviço

2002

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev.2)							
Total	5.3	3.7	41.8	57.6	75.6	82.8	97.7
10-14 Indústrias extractivas	7.9	6.5	48.9	43.8	100.0	100.0	-
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	5.1	3.2	48.2	65.3	87.5	80.0	100.0
17-19 Indústrias de têxteis e peles	6.0	4.3	30.3	43.3	57.2	66.7	100.0
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1.6	1.1	31.3	59.5	66.7	100.0	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	6.1	4.4	57.2	62.3	50.0	80.0	100.0
23 Indústrias petrolíferas	100.0	-	100.0	-	-	-	100.0
24-25 Indústrias químicas e de borracha	23.6	17.1	70.0	86.1	95.7	75.0	100.0
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	15.6	13.5	45.8	71.4	83.3	90.0	100.0
27 Indústrias metalúrgicas de base	14.6	7.8	50.0	85.0	100.0	100.0	-
28-35 Indústrias de produtos de metal	3.7	2.2	46.7	66.3	90.9	95.2	100.0
36 Outras indústrias	1.3	0.5	51.0	60.6	100.0	100.0	100.0
40-41 Electricidade, gás e água	30.2	27.2	38.6	34.6	28.6	71.4	75.0

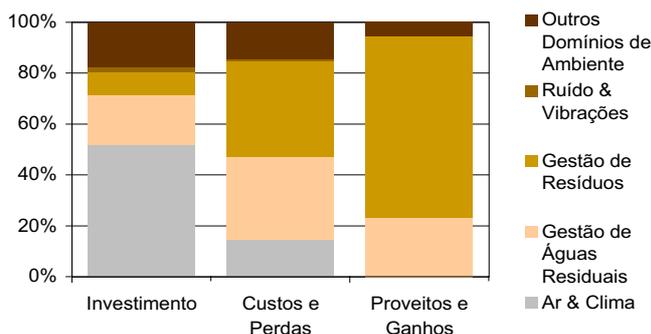
despesas correntes com actividades de luta contra a poluição, como por exemplo o tratamento de emissão de gases para a atmosfera, tratamento de águas residuais e gestão organizada de recolha e transporte de resíduos. Incluem-se também empresas que recorreram a serviços de terceiros no desenvolvimento de actividades de gestão, controlo e redução do impacto ambiental por elas provocado.

Analisando agora a informação desagregada por sectores de actividade económica (Fig. 37), verifica-se que o estrato de empresas de menor dimensão (1 a 49 pessoas ao serviço) constitui aquele em que se regista menor proporção de unidades que mencionaram terem efectuado investimentos ou acções de minimização da poluição,

não ultrapassando os 4% no conjunto dos sectores. Neste grupo de empresas, é no sector “Electricidade, gás e água” que existe uma maior proporção de empresas (26%) que referiram ter desenvolvido este tipo de actividades. Contrariamente, o sector “Outras indústrias” apresenta o menor valor percentual (0,5%).

Figura 38

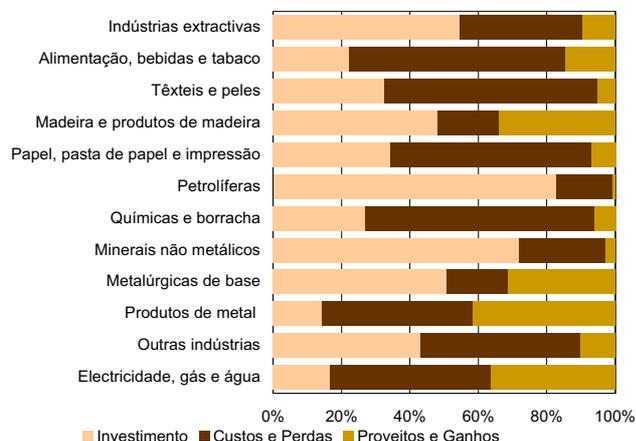
Estrutura das principais variáveis por domínios de ambiente (2002)



segundo os domínios do ambiente (Fig. 38), destaca-se o peso que representa o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” na variável “Investimento” (cerca de 50%), realizado na maior parte pelo sector “Indústrias petrolíferas” e “Minerais Não Metálicos”. A primazia deste domínio não será estranha, uma vez que envolve actividades que implica a utilização de equipamentos industriais complexos, pesados e dispendiosos, como a construção de chaminés, respectivos equipamentos de filtragem e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera. Para além disso, considerando a generalidade das actividades industriais abrangidas, constitui, em conjunto com acções do domínio da “Gestão de Águas Residuais”, uma das principais formas e fontes de poluição ambiental requerendo, portanto, medidas de eliminação ou minimização dos resíduos (emissões atmosféricas, gestão e eliminação de águas residuais).

Figura 39

Estrutura das principais variáveis por sectores económicos (2002)



de Resíduos” foi o que assumiu maior expressão no que se refere às despesas correntes em ambiente, representando 37% do total dos domínios.

Assinala-se também o peso relativo deste domínio no âmbito dos “**Proveitos e Ganhos**”, com 80% do total proveniente, essencialmente, da venda de resíduos. Na totalidade de montantes financeiros movimentados pelas empresas no que respeita à protecção ambiental, os sectores “Electricidade, gás e água” e “Produtos de metal”, representam cerca de dois terços das receitas geradas pelo conjunto da indústria (Fig. 50).

2.1.2. Principais variáveis financeiras

As principais variáveis financeiras consideradas são: “Investimento” (em tecnologias fim-de-linha e/ou integradas), “Custos e Perdas” e “Proveitos e Ganhos”.

Observando a estrutura destas variáveis, considerando a generalidade das actividades industriais abrangidas, constitui, em conjunto com acções do domínio da “Gestão de Águas Residuais”, uma das principais formas e fontes de poluição ambiental requerendo, portanto, medidas de eliminação ou minimização dos resíduos (emissões atmosféricas, gestão e eliminação de águas residuais).

Os “**Custos e Perdas**” (excluindo taxas) em protecção do ambiente ascenderam a mais de 184 milhões de euros. Do total de custos e perdas apurado, cerca de 19% referem-se a custos com o pessoal ligado à execução de actividades de controlo e combate à poluição. O domínio “Gestão

2.1.2.1. Investimento

Em 2002, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição, sofreu uma quebra de 30 milhões de euros face a 2001, cifrando-se em 187 milhões de euros.

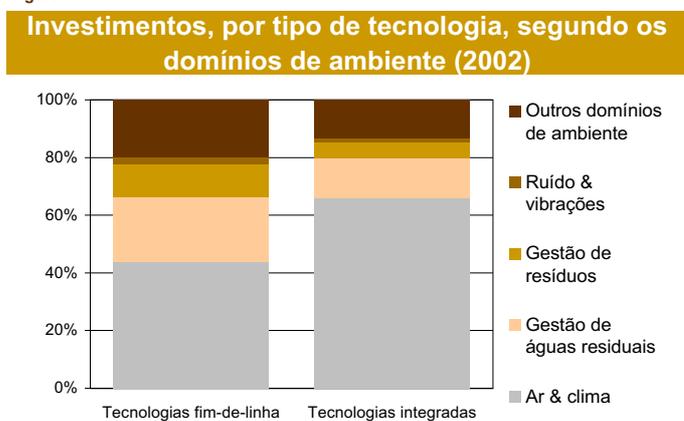
Figura 40

Investimentos por actividades económicas segundo o tipo de tecnologia				
2002				
Actividades económicas (CAE - Rev.2)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		187 547	117 130	70 417
10-14	Indústrias extractivas
15-16	Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	8 396	5 649	X
17-19	Indústrias de têxteis e peles	8 433	X	2 407
20	Indústrias da madeira e de produtos de madeira	4 451	2 339	2 111
21-22	Indústrias de papel, pasta de papel e impressão
23	Indústrias petrolíferas
24-25	Indústrias químicas e de borracha
26	Indústrias de produtos minerais não metálicos
27	Indústrias metalúrgicas de base
28-35	Indústrias de produtos de metal	7 897	6 666	1 231
36	Outras indústrias
40-41	Indústrias de electricidade, gás e água	12 318	5 440	6 877

Relativamente ao total de “Investimentos” realizados (Fig. 40), verificaram-se quatro sectores que representaram aproximadamente 50% desta variável: “Indústrias petrolíferas” e “Indústria de produtos minerais não metálicos”.

Os “Investimentos” em tecnologias fim-de-linha, representando 62% do total, foram, regra geral, superiores aos realizados em tecnologias integradas, exceptuando os sectores das “Indústrias petrolíferas” e de “Indústrias de papel, pasta de papel e impressão”, que registaram um peso de 65% do investimento em tecnologias integradas.

Figura 41



Considerando a proporção de “Investimentos” de acordo com o tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (Fig. 41), verifica-se a predominância do investimento em tecnologias integradas no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” (cerca de 66%).

Já salientámos os domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” e “Gestão de Águas Residuais” como aqueles em que incidiram a maior parte do investimento gerado pelas empresas (aproximadamente 71% do total) ascendendo a 134 milhões de euros. Na figura 42 apresentamos uma representação gráfica da incidência de investimento dos diferentes sectores económicos, por domínios de ambiente. Realça-se o sector “Indústrias petrolíferas”, cujo esforço de investimento no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” representou mais de 60% do total do sector.

Figura 42



Quanto ao domínio “Gestão de Águas Residuais”, releva-se a proporção que assume na absorção do investimento gerado pelos sectores “Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco” (46%) e “Indústrias de têxteis e peles” (47%).

Os sectores “Indústrias de papel, pasta de papel e impressão”, “Indústrias metalúrgicas de base” e “Indústrias de electricidade, gás e água” são os responsáveis por grande parte dos investimentos realizados no domínio

“Gestão de Resíduos”, representando, em conjunto, uma proporção de 50% do montante de 9 milhões de euros, estimados para o total do domínio.

Do total de investimento realizado por cada sector económico, verifica-se que, em termos médios, 41% incidiram no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”, 23% no domínio “Gestão de Águas Residuais” e 15% no domínio “Gestão de Resíduos”.

Conforme já evidenciado na figura 36, foi o conjunto das empresas situadas nos escalões de maior dimensão (500 ou mais pessoas ao serviço) onde se realizaram a maior proporção de investimentos em actividades de protecção do ambiente, gerando 50% do total do investimento estimado.

Figura 43

Investimentos por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas								
Unidade: 10 ³ EUR								
Escalões de dimensão das empresas	Anos	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 2)								
Total	2001	217 029	...	20 104	...	30 279	17 609	89 993
	2002	187 547	X	6 732	18 407	16 601	35 670	70 352
10-14 Indústrias extractivas	2001	12 102	3 837	3 626	94	-	-	4 544
	2002	...	X	483	299	-
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	2001	X	X	562	3 593	1 440	1 626	2 203
	2002	8 396	X	894	2 142	1 302	685	83
17-19 Indústrias de têxteis e peles	2001	16 479	X	6 156	3 798	1 687	2 285	1 163
	2002	8 433	X	461	4 337	331	516	537
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	2001	X	X	199	340	102	1 470	-
	2002	4 451	X	457	674	59	965	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	2001	26 501	X	1 292	1 946	2 618	2 204	13 889
	2002	400	X	3 206	1 662	...
23 Indústrias petrolíferas	2001	56 138	-	19	-	-	-	56 119
	2002	...	-	...	-	...	-	...
24-25 Indústrias químicas e de borracha	2001	...	X	1 508	2 307	1 542	1 162	...
	2002	420	3 181	1 866	1 750	...
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	2001	27 553	X	4 534	2 755	8 954	7 984	-
	2002	1 013	2 012	7 567	20 082	...
27 Indústrias metalúrgicas de base	2001	...	X	319	311	9 620	...	-
	2002	...	42	47	520	724
28-35 Indústrias de produtos de metal	2001	15 734	X	1 321	3 898	3 380	759	4 670
	2002	7 897	389	1 138	1 547	1 508	698	2 617
36 Outras indústrias	2001	1 520	X	482	...	X	15	...
	2002	...	-	...	756	2	-	...
40-41 Electricidade, gás e água	2001	7 442	...	86	X	771	...	5 653
	2002	12 318	X	909	2 465	1	248	7 882

Analisando as estimativas do total de investimento por regiões, segundo o escalão de dimensão das empresas (Fig. 44) verifica-se que as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo assumiram um peso predominante no total de investimento gerado no conjunto do País. Ressalva-se que estas são as duas regiões de maior concentração industrial do País.

Figura 44

Investimentos por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas								
Unidade: 10 ³ EUR								
Escalões de dimensão das	Anos	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Regiões			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Total	2001	217 029	39 210	20 104	19 834	30 279	17 609	89 993
	2002	187 547	X	6 732	18 407	16 601	35 670	70 352
Norte	2001	43 960	X	11 387	7 567	5 916	2 068	4 038
	2002	X	X	3 314	5 641	4 420	2 619	1 280
Centro	2001	21 924	4 361	6 387	3 340	3 051	3 925	859
	2002	X	X	1 616	5 888	6 864	962	626
Lisboa e Vale do Tejo	2001	140 322	X	1 907	8 618	20 053	10 694	80 552
	2002	114 319	4 216	5 121	30 052	68 017
Alentejo	2001	9 126	X	323	195	1 258	922	4 544
	2002	3 566	X	259	466	...	1 683	...
Algarve	2001	...	498	X	...	-	-	-
	2002	473	148	125	-	-
Açores	2001	X	...	39	X	-
	2002	912	...	630	-
Madeira	2001	...	X	-	39	-
	2002	2 322	-	...	2 192	-

2.1.2.1. Custos e Perdas

Considerando os “Custos e Perdas” suportados pelas empresas em cada um dos sectores económicos verifica-se, que em 2002, três sectores são responsáveis por 45% do total desta rubrica: “Indústrias de electricidade,

Figura 45

Custos e perdas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas				
2002				
Rubricas contabilísticas	Total de custos e perdas	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev.2)				
Total	184 964	98 800	5 842	80 322
10-14 Indústrias extractivas
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	23 916	13 623	2 976	7 316
17-19 Indústrias de têxteis e peles	16 244	9 414	1 095	5 734
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1 660	575	47	1 038
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão
23 Indústrias petrolíferas
24-25 Indústrias químicas e de borracha
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos
27 Indústrias metalúrgicas de base
28-35 Indústrias de produtos de metal	24 177	17 712	262	...
36 Outras indústrias
40-41 Electricidade, gás e água	X	X	247	X

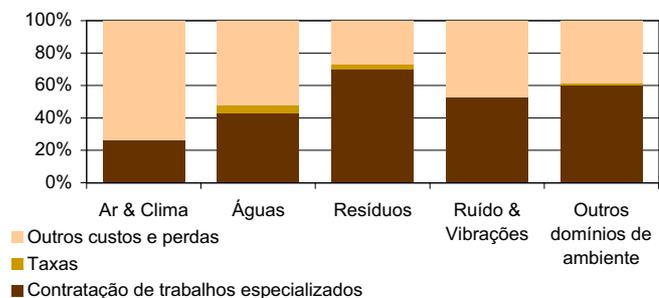
gás e água”, “Indústrias de produtos de metal”, “Indústrias de papel, pasta de papel e impressão”, *cujos montantes ascenderam a 84 milhões de euros.*

Atendendo à estrutura por rubricas contabilísticas, depreende-se que a maior parte dos custos e perdas suportados pelas empresas dizem respeito a contratação de trabalhos especializados, onde se inclui as contrapartidas pagas à Sociedade Ponto Verde, Valormed (entre outras entidades) pela devida gestão dos resíduos de embalagem.

A variável “Outros custos e perdas”, que envolve o emprego de recursos e a gestão directa das actividades de protecção ambiental, i.e., as que são desenvolvidas com meios próprios das empresas, teve uma grande expressão no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”(75%). Os custos relativos a “Taxas” compreende, no essencial, taxas pagas aos serviços municipais de recolha, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos (Fig. 46).

Figura 46

Estrutura das despesas, por domínios de ambiente, segundo as principais variáveis (2002)



Considerando os valores absolutos, realça-se que os domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” e “Gestão de Águas Residuais” foram os que envolveram mais custos na componente da afectação de recursos próprios da empresa atingindo o valor de 49 milhões de euros. Nos restantes domínios, a componente de contratação de trabalhos especializados junto de terceiros assume maior expressão.

Apresentando o total de “Custos e Perdas” por sectores económicos, segundo os domínios de ambiente (Fig. 47) verifica-se que o domínio de “Gestão de Resíduos”, representa 37% do total.

Figura 47

Custos e perdas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente						
2002						
Domínios de ambiente	Total	Ar e Clima	Águas Residuais	Resíduos	Ruído e vibrações	Outros domínios
Actividades económicas (CAE - Rev. 2)						
Total	184 964	X	X	69 945	1 424	26 503
10-14 Indústrias extractivas
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	23 916	613	5 212	17 123	123	844
17-19 Indústrias de têxteis e peles	16 244	1 639	9 368	4 783	114	341
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1 660	238	446	866	29	81
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão
23 Indústrias petrolíferas
24-25 Indústrias químicas e de borracha
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos
27 Indústrias metalúrgicas de base
28-35 Indústrias de produtos de metal	24 177	1 551	2 892	17 136	280	2 318
36 Outras indústrias
40-41 Electricidade, gás e água	X	X	X	4 442	359	X

Considerando esse total, desagregado por escalões de dimensão das empresas (Fig. 48), verifica-se que os maiores responsáveis pelo total estimado resultam de empresas pertencentes às classes de dimensão de 500 a 999 pessoas ao serviço (39 milhões de euros) e 1000 ou mais pessoas ao serviço (40 milhões de euros).

Figura 48

Custos e perdas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas							
2002							
Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev.2)							
Total	184 964	X	14 110	31 313	26 788	39 932	40 385
10-14 Indústrias extractivas	...	X	181	336	-
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	23 916	X	2 310	8 508	4 814	3 180	1 894
17-19 Indústrias de têxteis e peles	16 244	X	1 959	4 315	2 684	2 197	2 689
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	1 660	X	130	337	532	573	0
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	2 243	1 521	1 389	10 485	...
23 Indústrias petrolíferas
24-25 Indústrias químicas e de borracha	2 445	7 471	4 873	1 801	...
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	1 052	1 198	4 200	12 866	...
27 Indústrias metalúrgicas de base	...	X	216	893	1 659
28-35 Indústrias de produtos de metal	24 177	X	1 564	4 575	6 494	3 334	7 054
36 Outras indústrias	...	X	...	276	94	264	...
40-41 Electricidade, gás e água	X	X	1 549	1 883	-	3 106	7 635

Em termos regionais (Fig. 49) verifica-se em 2002 que as empresas da região de Lisboa e Vale do Tejo representaram 52% do total das despesas no conjunto do País, ascendendo, em termos absolutos, a 95 milhões de euros.

Figura 49

Custos e perdas por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas								
Unidade: 10 ³ EUR								
Escalões de dimensão das	Anos	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Regiões								
Total	2001	180 466	...	13 396	...	43 502	31 950	35 625
	2002	184 964	X	14 110	31 313	26 788	39 932	40 385
Norte	2001	49 175	X	7 471	8 775	11 068	5 683	7 175
	2002	51 533	X	5 118	12 086	5 125	6 554	5 868
Centro	2001	31 774	X	2 181	3 714	4 713	9 731	569
	2002	30 176	X	2 637	5 705	5 352	9 885	994
Lisboa e Vale do Tejo	2001	93 689	6 916	3 400	14 369	26 961	15 652	26 390
	2002	95 841	11 235	16 278	20 555	33 167
Alentejo	2001	4 669	X	216	1 139	667	789	1 490
	2002	4 904	133	640	1 000	...	2 772	...
Algarve	2001	...	86	36	...	93	-	-
	2002	534	X	324	-	-
Açores	2001	X	...	X	X	-
	2002	X	X	356	-
Madeira	2001	...	X	X	221	-
	2002	708	115	...	427	-

2.1.2.3. Proveitos e ganhos

Analisa-se agora, os proveitos e ganhos associados à execução de actividades de gestão e protecção ambiental.

É no domínio “Gestão de Resíduos” que surge a maior fonte de receitas das empresas (71%), resultantes da execução de actividades de recolha e venda de resíduos. Nos restantes domínios, as empresas assinalam um reduzido potencial de gerar receitas (Fig. 50).

Figura 50

Escalões de dimensão das empresas		Unidade: 10 ³ EUR					
Actividades económicas (CAE - Rev.2)	Anos	Total	Ar & clima	Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Ruído & Vibração	Outros de ambiente
Total	2001	92 575	2 070	12 845	73 533	31	4 096
	2002	74 234	45	X	52 977	X	X
10-14 Indústrias extractivas	2001	650	-	-	534	-	X
	2002
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	2001	8 414	X	107	6 037	-	1 019
	2002	5 516	14	81	5 422	-	-
17-19 Indústrias de têxteis e peles	2001	1 729	-	47	1 658	-	24
	2002	1 314	-	131	1 183	-	-
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	2001	X	-	25	X	-	-
	2002	X	-	6	X	-	-
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão	2001	4 494	-	-	4 463	31	-
	2002
23 Indústrias petrolíferas	2001	345	-	84	261	-	-
	2002
24-25 Indústrias químicas e de borracha	2001
	2002
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos	2001	4 825	800	31	1 254	-	2 739
	2002
27 Indústrias metalúrgicas de base	2001
	2002
28-35 Indústrias de produtos de metal	2001	37 945	11	2	37 771	-	160
	2002	22 827	31	2	22 697	-	97
36 Outras Indústrias	2001	249	-	-	249	-	-
	2002
40-41 Electricidade, gás e água	2001	21 435	-	12 513	8 906	-	15
	2002	X	-	X	6 153	-	X

Destaca-se ainda que, em geral, foram as empresas de maior dimensão que contribuíram para a maior parte de receitas geradas a partir da execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

2.1.3. Emprego

No conjunto das empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, 86% das pessoas ocupadas nessas actividades fazem-no apenas a tempo parcial, isto é, ocupam menos de metade das horas de trabalho no ano com essas actividades (Fig. 51).

Figura 51

Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos

2002

Regime de afectação dos recursos humanos e custos	Número médio de pessoas que ocupam		Emprego "equivalente a tempo completo" em actividades de ambiente	Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental
	Mais de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente		
Actividades económicas (CAE - Rev.2)	N.º			10 ³ EUR
Total	1 800	11 765	3 011	35 881
10-14 Indústrias extractivas
15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	250	899	349	2 441
17-19 Indústrias de têxteis e peles	180	1 257	326	3 705
20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira	31	X	68	867
21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão
23 Indústrias petrolíferas
24-25 Indústrias químicas e de borracha
26 Indústrias de produtos minerais não metálicos
27 Indústrias metalúrgicas de base
28-35 Indústrias de produtos de metal	395	2 400	621	4 751
36 Outras indústrias
40-41 Electricidade, gás e água	X	346	X	X

No conjunto dos sectores, verifica-se que os custos por pessoa equivalente a tempo completo ascenderam a 35 milhões de euros (Fig. 51).

Em termos médios, verificou-se um custo de 11 mil euros por pessoa ao serviço com funções de ambiente. Os sectores que registaram os valores mais elevados em termos médios são "Indústrias petrolíferas" e "Indústrias da madeira e produtos da madeira".

Capítulo 3



**INSTITUIÇÕES
SEM FINS
LUCRATIVOS**

3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

No ano de 2002, os Corpos de Bombeiros de natureza associativa continuam a constituir a maior parcela do efectivo nacional, com cerca de 91%, sendo muito pouco significativa a participação dos Corpos de Bombeiros de natureza municipal (6%) e privativa (3%).

A Madeira e o Algarve foram as regiões em que os Corpos de Bombeiros de natureza municipal tiveram maior expressão (27% e 24%, respectivamente).

O índice de profissionalização dos Corpos de Bombeiros classifica-os em três categorias (profissionais, voluntários e outros), sendo os voluntários os mais representativos com cerca de 90% do total. Apenas nas regiões da Madeira e do Algarve os Corpos de Bombeiros que integram elementos profissionais apresentaram níveis significativos (27% e 24% do total, respectivamente) face à média nacional que se fixou nos 5%.

As acções desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, no “Serviço de Saúde”, tendo representado 83% do total, correspondentes a cerca de 2,4 milhões de serviços prestados. Esta importância relativa, bastante elevada, verificou-se em todas as regiões do País com percentagens superiores a 80%, com excepção da região Centro e dos Açores, onde o peso deste tipo de serviço se situou nos 78% e 79% respectivamente.

Figura 53

Actividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros por regiões, segundo o tipo de serviço				
Regiões	Tipo de Serviço			
	Total	Incêndios	Saúde	Outros Serviços
Portugal	2 898	83	2 403	412
Norte	1 005	34	832	139
Centro	440	19	343	78
Lisboa e Vale do Tejo	986	22	825	139
Alentejo	228	4	200	24
Algarve	119	2	98	19
Açores	39	1	31	7
Madeira	81	1	74	6

Unidade: 10³

De seguida, surgem os “Outros Serviços” que incluem, para além do Serviço de Socorros a Náufragos, um conjunto de actividades relacionadas com acidentes nos diversos meios de transporte, bem como de outros acidentes, como sejam inundações, desabamentos de terras, socorros a animais, etc., com 14% e que corresponderam a cerca de 412 mil acções. Neste tipo de serviço, as regiões dos Açores, do Centro, do Algarve e da Madeira, destacaram-se da média nacional: enquanto que nos Açores e no Centro, o peso registado nesta rubrica foi de 18% e no Algarve 16%, na região da Madeira o peso foi de apenas 9%.

Figura 52

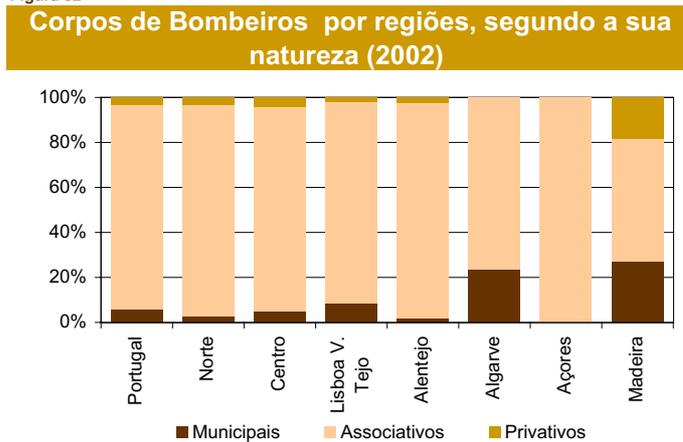
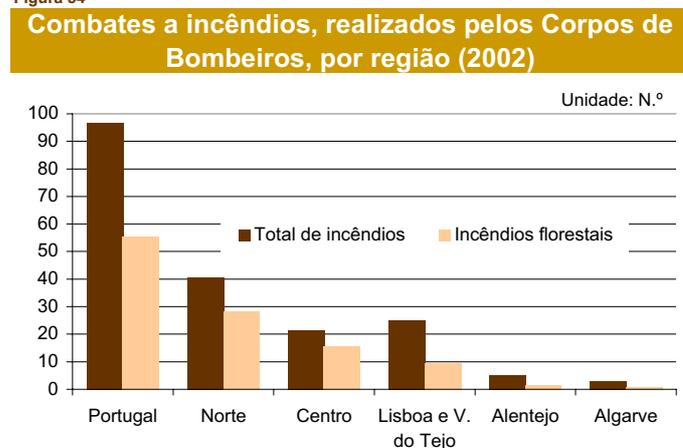


Figura 54



No ano de 2002, ocorreram em Portugal cerca de 83 mil incêndios, dos quais **45 mil foram identificados como sendo incêndios florestais** (54% do total). As regiões do Norte e do Centro foram as mais afectadas com cerca de 24 mil e de 11 mil incêndios florestais, correspondendo, na região Norte a 66% e na região Centro a 57% do total dos incêndios registados em cada uma das regiões. De seguida, surge a região de Lisboa e Vale do Tejo com cerca de 9 mil incêndios florestais registados.

No que se refere ao pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, colaboraram, em 2002, 40 345 pessoas. Destes, 88% eram do sexo masculino e 12% do sexo feminino, registando-se um ligeiro aumento (+1%) no nível da participação feminina face ao ano de 2001. Foi nas regiões do Algarve, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo que se verificou a maior participação feminina, com 17% para a primeira região e 15% para as outras duas.

Figura 55

Pessoal ao serviço dos Corpos de Bombeiros por regiões, segundo o sexo			
Regiões	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Portugal	40 345	35 414	4 931
Norte	13 246	11 929	1 317
Centro	10 221	9 074	1 147
Lisboa e Vale do Tejo	10 910	9 317	1 593
Alentejo	3 104	2 622	482
Algarve	1 432	1 186	246
Açores	559	492	67
Madeira	873	794	79

Relativamente ao tipo de prestação de serviço, **81% dos bombeiros prestavam serviço não remunerado**, dos quais 88% eram homens e 12% mulheres. O pessoal remunerado, que no conjunto do país representa 19% do total, cerca de 88% eram do sexo masculino e 12% do sexo feminino.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo (39%), do Norte (24%) e do Centro (13%) foram aquelas em que o número de bombeiros remunerados assumem maior expressão no total do país, tendo, em conjunto, somado 76%.

Analisando em termos de distribuição geográfica e por tipo de serviço prestado, verifica-se que a região da Madeira se destacou das restantes, pelo facto de 57% do seu pessoal no activo, em 2002, ser remunerado. De seguida, surgem as regiões do Algarve e dos Açores, com 39% e 23%, respectivamente.

Nas regiões do Centro e do Norte, o peso dos bombeiros não remunerados era bastante significativo, com cerca de 90% para a primeira região, e 89% para a segunda, seguindo-se a região do Alentejo com 81%.

Em 2002, **as despesas dos Corpos de Bombeiros atingiram 277,5 milhões de euros** (+14% em relação ao ano anterior), dos quais 83% corresponderam a “Despesas Correntes” e 17% a “Despesas de Capital”.

Nas “Despesas Correntes”, as rubricas mais significativas foram “Despesas com o Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, com 61% e 28%, respectivamente. Pelo lado das “Despesas de Capital”, a parcela mais representativa coube a “Investimentos”, tendo esta rubrica representado cerca de 91% no total da despesa.

Figura 56

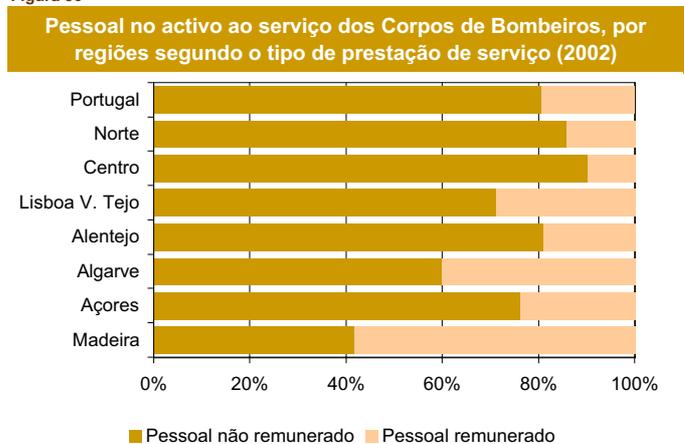
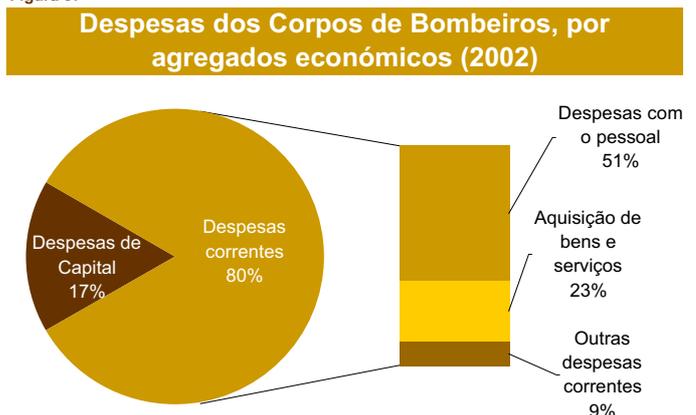


Figura 57



A nível regional, **as despesas dos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro** que, em conjunto, totalizaram 228,1 milhões de euros e que representaram 82% do total das despesas destas instituições.

Figura 58

Despesas dos Corpos de Bombeiros por regiões, segundo os agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

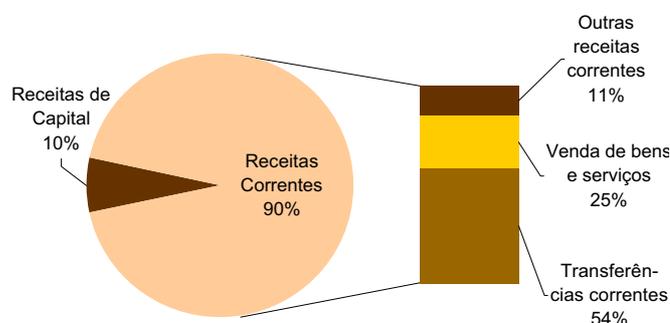
Regiões	Agregados económicos			
	2001		2002	
	Despesa total	Despesas correntes	Despesa total	Despesas correntes
Portugal	243 241	194 354	277 558	231 120
Norte	62 106	48 766	78 071	65 314
Centro	41 443	30 251	53 742	39 101
Lisboa e Vale do Tejo	94 061	79 656	96 313	84 638
Alentejo	18 933	15 109	19 878	16 612
Algarve	13 327	11 253	13 157	11 548
Açores	3 365	2 239	3 860	2 687
Madeira	10 006	7 080	12 538	11 218

Nas três regiões que mais contribuíram para o montante global das despesas, as rubricas económicas mais relevantes foram “Despesas com o Pessoal”, “Aquisição de Bens e Serviços” e “Investimentos”. O comportamento destas rubricas económicas no peso total das despesas foi sensivelmente igual nas três regiões, sendo que para Lisboa e Vale do Tejo as “Despesas com o Pessoal” representaram 59,1 milhões de euros (69%), “Aquisição de Bens e Serviços” 19,3 milhões de euros (23%) e “Investimentos” 10,3 milhões de euros (12%).

As receitas destas instituições registaram, em 2002, um decréscimo de cerca de 3%, tendo atingido 237,2 milhões de euros (244,2 milhões de euros em 2001).

Figura 59

Receitas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos (2002)



As “Receitas Correntes” representaram 93% do total, enquanto que a participação das “Receitas de Capital” foi apenas de 7%.

Tal como no ano anterior, as rubricas económicas que mais peso tiveram no total das receitas foram as “Transferências Correntes” (52%) e a “Venda de Bens e Serviços” (32%).

Continua a ser oportuno salientar a importância dos fundos oriundos das Administrações Central, Regional e Local para o financiamento dos Corpos de Bombeiros. Em 2002, as “Transferências Correntes e de Capital” da Administração Central e as da Administração Regional e Local totalizaram 107,2 milhões de euros, representando 49% do total das receitas.

Em termos de distribuição geográfica, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte continuam a ser as que absorvem mais recursos financeiros, tendo recebido 62,0 e 76,8 milhões de euros, respectivamente.

Figura 60

Receitas dos Corpos de Bombeiros por regiões, segundo os agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Regiões	Agregados económicos			
	2001		2002	
	Total de receitas	Receitas correntes	Total de receitas	Receitas correntes
Portugal	244 278	219 206	237 221	221 188
Norte	64 196	58 348	76 798	72 540
Centro	42 083	36 307	60 223	55 879
Lisboa e Vale do Tejo	95 684	86 923	62 029	57 714
Alentejo	19 997	18 159	19 650	18 577
Algarve	11 043	9 864	11 094	10 306
Açores	3 212	2 642	3 877	3 081
Madeira	8 063	6 964	3 550	3 090

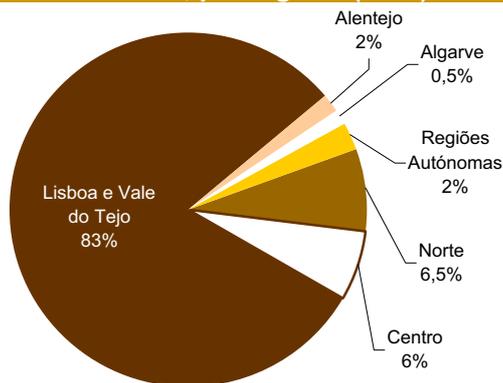
As principais fontes de financiamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2002, foram provenientes das “Transferências Correntes e de Capital” das Administrações Central, Regional e Local (23,3 milhões de euros) e da “Venda de Bens e Serviços” (20,2 milhões de euros), tendo correspondido a cerca de 75% do total das receitas dos Corpos de Bombeiros da região.

A região Norte, apresenta uma estrutura de financiamento muito semelhante à de Lisboa e Vale do Tejo com as “Transferências Correntes e de Capital” das Administrações Central, Regional e Local a somarem 36,8 milhões de euros e a “Venda de Bens e Serviços” com cerca de 21,8 milhões de euros, rubricas que contribuíram para a formação de cerca de 81% das receitas.

3.2. Organizações Não Governamentais de Ambiente

Figura 61

Associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2002)



O total de associados das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) atingiu, em 2002, as 137 380 pessoas, tendo-se registado uma média de 1 272 pessoas por ONGA. As ONGA tiveram no sector privado (Famílias e Empresas) a sua principal fonte de associados, tendo atingido perto dos 100%. Esta importância relativa, verificou-se em todas as regiões do País.

Do total de membros das ONGA do país, 80% pertencem a associações sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo. Nas regiões Norte e Centro, as ONGA têm a participação de 10 457 (7%) e 8 664 (6%) membros, respectivamente.

As actividades desenvolvidas por estas Organizações de Ambiente totalizaram, no ano de 2002, 4 479 acções. **As “Acções de Sensibilização Pública” (36%), e os “Passeios de Natureza” (20%) foram as actividades mais importantes**, representando 56% do total. Das restantes actividades consideradas, as “Outras Actividades”, ou sejam aquelas que não são habituais no âmbito de acção das ONGA, representaram 23% do total, as “Publicações, Estudos Técnicos e Acções de Formação” 11% e os “Congressos, Colóquios, Exposições e Cooperação Integrada Internacional” 9%.

Analisando a distribuição regional das actividades desenvolvidas por estas organizações, constata-se que **as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as mais activas com 2318 e 1423 acções realizadas**, representando, em conjunto, 84% do total. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, as principais actividades realizadas foram as “Acções de Sensibilização Pública” (25%) e os “Passeios de Natureza” (20%). Na região Norte o comportamento foi idêntico, tendo tido a primeira actividade um peso de 51% e a segunda de 21%, no total de actividades da região.

Figura 62

Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões

2002

Unidade: N°

Regiões	Actividades desenvolvidas					
	Total	Publicações Estudos Técnicos e Acções de Formação	Acções de Sensibilização Pública	Congressos, Colóquios, Exposições e Feiras, Cooperação Internacional	Passeios de Natureza	Outras actividades
Portugal	4 479	506	1 603	420	916	1 034
Norte	1 423	199	722	168	298	36
Centro	236	35	85	21	67	28
Lisboa e Vale do Tejo	2 318	221	588	191	473	845
Alentejo	135	17	78	10	12	18
Algarve	170	15	79	5	20	51
Açores e Madeira	197	19	51	25	46	56

Relativamente à afectação das actividades por domínios de gestão e protecção do ambiente, os domínios “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (2426 acções), “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” (801 acções), “Gestão dos Resíduos” (402 acções) e “Protecção do Recurso Água” (255 acções) foram os mais relevantes.

Tendo em conta a importância das actividades desenvolvidas, ou seja, o valor das rubricas económicas como as “Despesas com o Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços”, de cada actividade realizada, verifica-se que o domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” foi o que concentrou maior parte do esforço financeiro das ONGA, atingindo cerca de 49% do total, seguido pelo domínio “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” com 22%.

No ano de 2002, colaboraram 6265 pessoas nas actividades das ONGA, das quais apenas **cerca de 4% foram remuneradas pelos serviços prestados**. Do total de pessoas remuneradas e de acordo com as categorias funcionais, 7% eram “Dirigentes”, 49% correspondiam a “Quadros e Técnicos Superiores e Médios” e 44% pertenciam à categoria de “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços”.

Figura 63

Peso das actividades desenvolvidas pelas ONGA, por domínios de ambiente (2002)

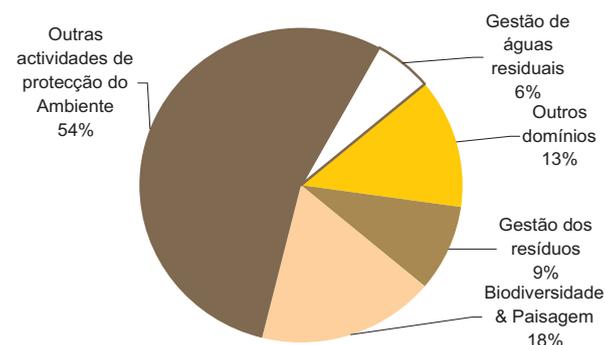


Figura 64

Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por regiões, segundo o regime de prestação de serviço (*)

Regiões	Pessoal		Total
	Remunerado	Não remunerado	
Portugal	225	2 890	3 115
Norte	43	223	266
Centro	20	202	222
Lisboa e Vale do Tejo	113	2 346	2 459
Alentejo	40	32	72
Algarve	6	22	28
Açores e Madeira	3	65	68

(*) Dados actualizados em 20-02-2009.

Figura 65

Estrutura do pessoal ao serviço das ONGA, por regiões (2002)

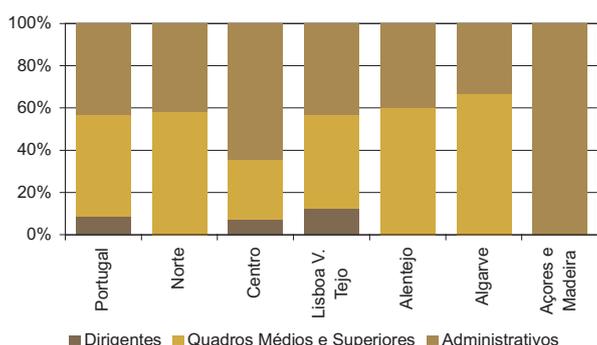
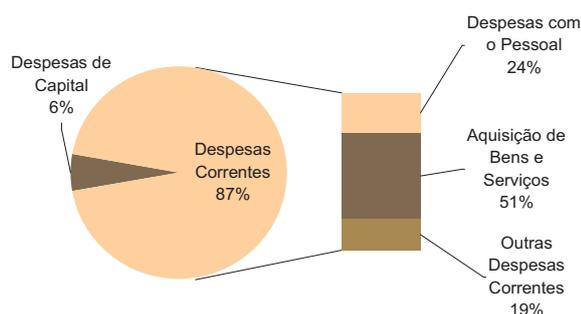


Figura 66

Despesas das ONGA, por agregados económicos (2002)



Numa análise a nível regional do pessoal ao serviço das ONGA, constata-se que a **região de Lisboa e Vale do Tejo detinha cerca de 91% do total, sendo maioritariamente pessoal não remunerado (98%)**. No Alentejo, que representa cerca de 1% das pessoas ao serviço das ONGA no conjunto do País, o pessoal remunerado assume maior relevo, representando cerca de 78% dos colaboradores das ONGA na região.

Em 2002, as **Organizações Não Governamentais de Ambiente despenderam 7,2 milhões de euros**, dos quais 94% corresponderam a “Despesas Correntes” e 6% a “Despesas de Capital”. A rubrica “Aquisição de

Bens e Serviços” foi a mais importante, com 54% do total da despesa, seguida das “Despesas com o Pessoal” com cerca de 25%.

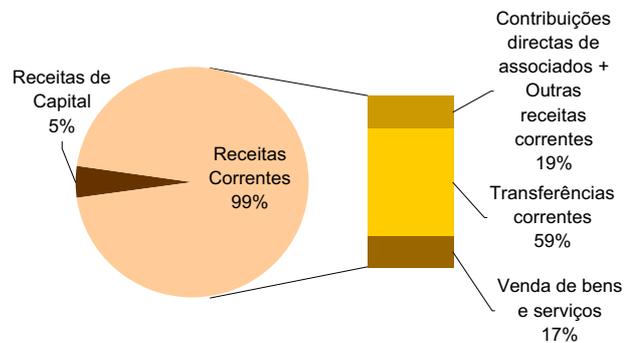
A nível regional, **as Organizações Não Governamentais de Ambiente sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo foram as que mais contribuíram para o total da despesa, com cerca de 56%**. De seguida, surgem as regiões do Alentejo e do Norte com 14% e 23%, respectivamente.

Figura 67

Despesas das Organizações Não Governamentais de Ambiente por regiões, segundo os agregados económicos				
Regiões	Agregados económicos			
	2001		2002	
	Despesa total	Despesas correntes	Despesa total	Despesas correntes
Portugal	8 090	7 075	7 684	7 250
Norte	1 145	1 081	1 728	1 677
Centro	442	431	270	265
Lisboa e Vale do Tejo	4 767	3 933	4 415	4 053
Alentejo	1 501	1 408	1 029	1 015
Algarve	96	96	133	133
Açores e Madeira	139	125	108	107

Figura 68

Receitas das ONGA, por agregados económicos (2001)



As despesas da região de Lisboa e Vale do Tejo incidiram, sobretudo, na rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” (52%) e “Despesas com o Pessoal” (23%). Na região do Alentejo a repartição das despesas foi para a “Aquisição de Bens e Serviços” (66%) e “Despesas com o Pessoal” (27%). No Norte as rubricas económicas que maior peso tiveram no total da despesa foram a “Aquisição de Bens e Serviços”, as “Despesas com o Pessoal” e “Outras Despesas Correntes” com 57%, 30% e 12%, respectivamente.

As receitas destas Organizações totalizaram 7,3 milhões de euros.

Das receitas correntes obtidas (96% do total), cerca de 62% foram provenientes de “Transferências Correntes”, nas quais se destacam as provenientes da Administração Central (31%) e as da Administração Regional e Local (8%). De seguida, surge a “Venda de Bens e Serviços” com cerca de 18%.

Em termos de distribuição geográfica, a região mais representativa no total de receitas foi Lisboa e Vale do Tejo com 57%, seguindo-se o Alentejo (13%) e o Norte (22%), cabendo às restantes regiões uma participação de apenas 8%.

Figura 69

Receitas das Organizações Não Governamentais de Ambiente por regiões, segundo os agregados económicos

Regiões	Agregados económicos			
	2001		2002	
	Total de receitas	Receitas correntes	Total de receitas	Receitas correntes
Portugal	8 372	8 249	7 251	6 925
Norte	1 151	1 113	1 675	1 671
Centro	404	402	235	233
Lisboa e Vale do Tejo	4 941	4 891	4 104	3 791
Alentejo	1 574	1 544	961	955
Algarve	133	133	138	138
Açores e Madeira	169	167	138	137

Analisando detalhadamente algumas regiões do País e as suas fontes de financiamento, verifica-se que nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, as receitas tiveram origem em várias fontes, nomeadamente, “Transferências Correntes” (com 54% para a primeira região e 65% para a segunda), “Venda de Bens e Serviços” (22% para Lisboa e Vale do Tejo e 17% para o Norte) e “Contribuições Directas dos Associados”, com 17% e 7%, respectivamente.

As “Transferências Correntes”, oriundas do sector privado (Empresas, Instituições Particulares e Famílias) somaram 507,8 mil euros, representando cerca de 7% do total das receitas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo foi a mais beneficiada com esta fonte de financiamento, tendo obtido 323,3 mil euros que, juntamente com as “Transferências” recebidas do Exterior (448,5 mil euros), asseguraram cerca de 20% das suas receitas.

Capítulo 4



**METODOLOGIAS,
CONCEITOS E
NOMENCLATURAS**

4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

4.1. Metodologias

4.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas, à Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente.

4.1.1.1. Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, foram analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

4.1.1.2. Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. Foi recolhida informação com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

4.1.1.3. Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

Face às características dos dados a recolher, considerou-se que a recolha dos dados físicos e económicos do Inquérito ao Ambiente, efectuado via postal e com periodicidade anual, deveria ser de âmbito nacional e exaustiva (totalidade das câmaras municipais).

Figura 70

Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico - Taxa de resposta em 2002

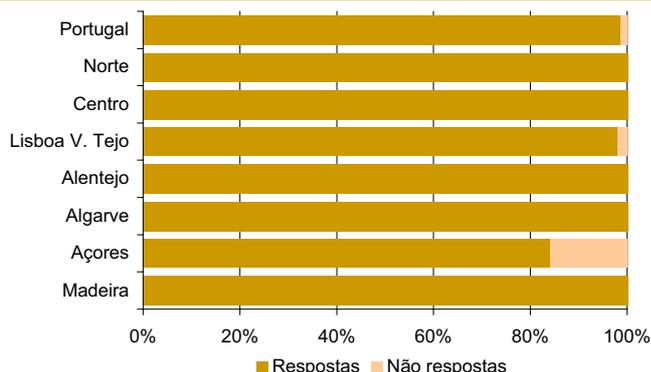
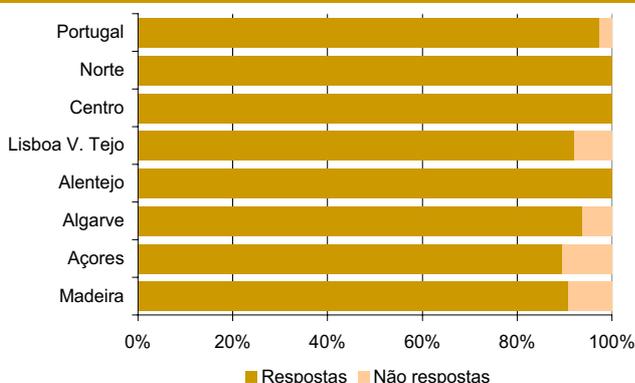


Figura 71

Inquérito ao Ambiente - Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção - Taxa de resposta em 2002



Com o objectivo de assegurar a coerência da série de dados estatísticos, a informação em falta foi estimada através do cálculo de índices de valor para as receitas e para as despesas, desagregadas em correntes e de capital, e sua aplicação aos dados de 2000, para a Administração Local (Estimativa das Contas do Sector Público Administrativo 2000-2001).

4.1.2. Empresas - Actividades de gestão e protecção do ambiente desenvolvidas pela Indústria

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente” tem a sua génese em 1995, com a recolha de informação relativa a 1994, sobre as maiores empresas da Indústria e Construção (empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço).

Os sectores económicos observados são, desde a edição de 1998, os correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 2: C - Indústria extractiva; D - Indústria Transformadora e E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 58/97 de 20 de Dezembro de 1996, sobre as Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

4.1.1.3.1. Dados físicos

Os dados físicos recolhidos pelo “Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico” permitem analisar as situações concelhias de todo o País quanto à disponibilização às populações de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos sólidos.

A taxa de resposta ao inquérito de 2001 foi de 98%, correspondendo a 303 respostas das 308 Câmaras Municipais consideradas.

Com o objectivo de dispor de dados globais, considerou-se que para as respostas em falta não haveria alterações a registar relativamente a 2000, pelo que foram utilizados os dados referentes àquela edição, excepto para a população residente, que foi actualizada de acordo com os dados definitivos dos Censos 2001.

Na presente edição os dados relativos ao ano 2000 foram sujeitos a rectificações.

4.1.1.3.2. Dados económicos

O “Inquérito ao Ambiente – Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção” obteve uma taxa de resposta de 98%, correspondendo a 302 respostas num total de 308 Câmaras Municipais.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Tendo em conta os erros estatísticos associados, recomenda-se alguma reserva na interpretação dos resultados, tendo sido omitidas as estimativas com erro superior a 20%.

Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Empresas do Universo de referência do IEH2001

- Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções C, D e E da CAE Rev.2 com excepção de:
 - (a) Unidades com menos de 99759 euros de VVN, no escalão de empresas com menos de 20 pessoas ao serviço;
 - (b) Unidades sob a forma jurídica de empresários em nome individual, com menos de 249398 euros de volume de negócios, e menos de 10 pessoas ao serviço;
 - (c) Unidades pertencentes à Divisão 37 da Secção D;
 - (d) Unidades classificadas sob a forma jurídica de serviços municipalizados (88).

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

- CAE:**
- (a) 3º dígito (Grupo) no caso de empresas com menos de 50 pessoas ao serviço;
 - (b) 2º dígito (Divisão) no caso de empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 19 pessoas ao serviço;
- (2) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (3) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (4) 100 a 249 pessoas ao serviço;
- (5) 250 a 499 pessoas ao serviço;
- (6) 500 a 999 pessoas ao serviço;
- (7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Para efeitos de selecção da amostra, consideraram-se para inquirição exaustiva os estratos correspondentes às empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de unidades a inquirir por estrato, com base na variável volume de negócios, foi obtido segundo a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^H N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n, \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

h índice de estrato;

n_h dimensão da amostra, no estrato h ;

N_h dimensão do universo, no estrato h ;

S_h desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

X_h total da variável volume de negócios, no estrato h ;

n dimensão total da amostra;

H número total de estratos, no universo.

Seleção da amostra: As empresas foram ordenadas por ordem crescente da variável volume de negócios e depois seleccionadas, em cada estrato, de modo sistemático, com intervalo de selecção dado pelo quociente entre a dimensão do estrato (N_h) e a dimensão da amostra que nele se pretendia inquirir (n_h). A selecção da amostra, por estrato, foi feita por um processo de selecção sistemática, considerando a parte inteira do intervalo de selecção no estrato:

$$I_h = \frac{N_h}{n_h}$$

e como ponto de partida um ponto aleatório no intervalo $[1; I_h]$.

Estimadores: O estimador do total da variável X , para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \quad \text{com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

h índice de estrato;

N_h dimensão do universo no estrato h ;

n_h número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

$$\frac{N_h}{n_h} \text{ coeficiente de extrapolação.}$$

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h$$

onde \hat{X}_h representa o estimador da variável X , nos estratos h , que se agregaram.

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\widehat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \cdot \sum_{i=1}^{n_h} (x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total (\hat{X}), o C.V. (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\widehat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

Ao calcular-se o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

- $[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}]$, para um nível de confiança de 68%;
- $[\hat{X} \pm 1,96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}]$, para um nível de confiança de 95%.

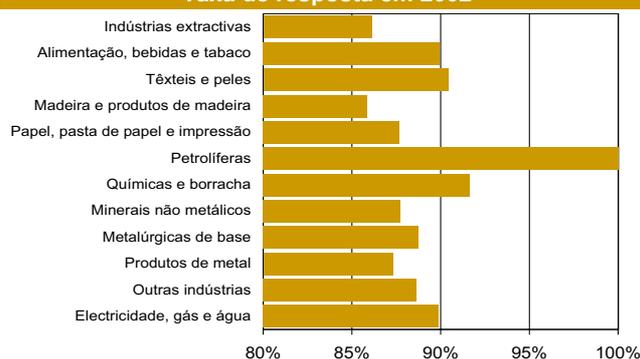
Procurando garantir um equilíbrio entre a disponibilização da informação e o rigor da mesma, não se disponibilizam as estimativas com um erro associado superior a 25%.

O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A taxa de resposta global situou-se nos 90%. Ao nível das regiões NUTS II, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente 71% e 65%.

Figura 72

**Inquérito ao Ambiente - Gestão e Protecção do Ambiente
Taxa de resposta em 2002**



Tratamento de não respostas: O tratamento de não respostas correspondeu à imputação da média das respostas obtidas em cada estrato. Este método simplificou o processo de cálculo de estimativas dos totais, tendo em conta que é um processo equivalente a considerar no estimador do total da variável X no estrato – dado por:

$$\hat{X} = \sum_{i=1}^{n_{kj}} \frac{N_{lkj}}{n_{lkj}} \cdot X_{lkji}$$

apenas o total de empresas que responderam ao inquérito e que corresponde ao denominador n_{lkj} .

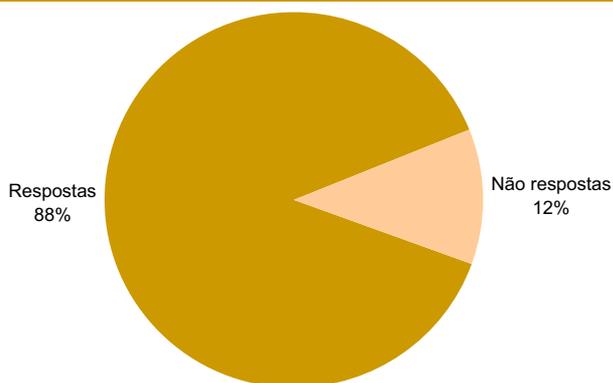
4.1.3. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram classificadas em “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e em “Organizações Não Governamentais de Ambiente”.

Figura 73

Inquérito ao Ambiente - Acção dos Corpos de Bombeiros Taxa de resposta em 2002



4.1.3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. Deste modo, com base no ficheiro cedido pelo Serviço Nacional de Bombeiros, o INE realizou um inquérito junto dos Corpos de Bombeiros, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2002 foi de 88%, valor ligeiramente inferior ao alcançado em 2001 (89%).

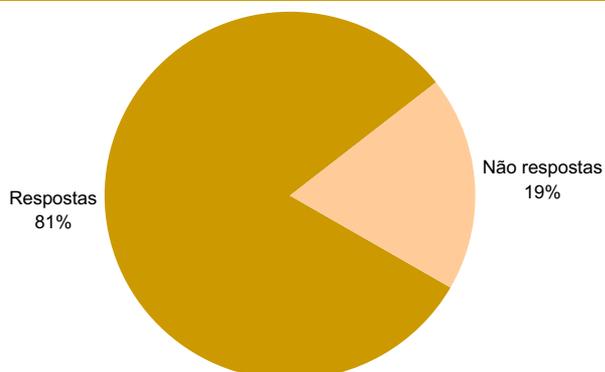
4.1.3.2. Organizações Não Governamentais de Ambiente

Com a aprovação da Lei n.º 35/98, de 18 de Julho que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, a designação de Associação de Defesa do Ambiente deu lugar à de Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA). Este conceito é já utilizado, a nível internacional, para designar grupos de cidadãos ou associativismo vocacionado para a realização de acções de defesa do ambiente.

Neste diploma, o conceito de ONGA foi alargado a outras organizações que, embora não tenham sido constituídas exclusivamente para a defesa dos valores ambientais e do desenvolvimento sustentável, tenham esse objectivo como principal. Surge assim, a figura de “ONGA equiparada”.

Figura 74

Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2002



Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas ONGA, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pelo Instituto do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

4.2. Conceitos

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade, principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados “serviços característicos”. Segundo a “Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente”, repartem-se por nove domínios.

Actividades de gestão e protecção do ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Actividade secundária: actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se considera águas residuais tratadas aquelas, cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aquisição de bens e serviços: esta rubrica representa o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializados, consumidos no decurso do período considerado para produzir outros bens e serviços. Traduzem-se na obtenção de serviços ou de bens de consumo corrente (ex.: material de escritório, manutenção de máquinas, comunicações, transportes, estudos e consultoria, etc.).

Área geográfica de intervenção: área de intervenção própria; corresponde, em regra, à área do município.

Aterro controlado: local onde os resíduos são depositados espalhados, compactados e cobertos com terra, sem que tenha sido construído um sistema de recolha de águas lixiviantes ou o fundo tenha sido protegido por forma a evitar a infiltração de águas no solo.

Aterro sanitário: local vedado onde, através de técnicas próprias, nomeadamente espalhamento, compactação e cobertura diária com terra, exista uma deposição controlada dos resíduos, que inclui o sistema de recolha de águas lixiviantes, protecção das águas subterrâneas e ainda recolha de biogás.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Caudais efluentes produzidos: volume de águas usadas e poluídas que são descarregadas por um centro urbano ou industrial.

Caudais fornecidos: quantidade de água fornecida aos utilizadores (consumos) e, eventualmente, outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

Composição física média anual dos resíduos sólidos urbanos: composição média dos resíduos sólidos urbanos produzidos anualmente, segundo o estabelecido na Portaria n.º 768/88, de 30 de Novembro.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumos: os consumos foram contabilizados, independentemente de serem ou não facturados. Para caracterizar os consumos, adoptou-se a seguinte classificação de utilizadores: residencial e serviços, industrial e outros (inclui as utilizações não previstas anteriormente, tais como segurança contra incêndios, lavagem de ruas, rega, etc.).

Consumo industrial: o consumo efectuado pelas indústrias, incluindo a hoteleira e de restauração, e todos os consumos equivalentes a actividade fabril e industrial.

Consumo residencial e dos serviços: o consumo residencial é o habitacional e corresponde à usual designação de "doméstico"; o consumo dos serviços corresponde ao efectuado pelo sector dos serviços e ainda pelas autarquias locais, as escolas, todos os estabelecimentos do Estado (excepto os fabris), as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as colectividades, entre outros.

Despesas com o pessoal: incluem-se nesta rubrica as remunerações certas e permanentes, as contribuições para a Segurança Social e outras despesas com o pessoal.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Eliminação de resíduos: qualquer operação com vista a um destino final adequado de resíduos, constante do ANEXO I da Portaria N.º 15/96, de 23 de Janeiro. Considerou-se que o aterro sanitário, o aterro controlado e a lixeira são formas de eliminação.

Empresa: organização definida juridicamente, com balanço próprio, submetida a uma direcção que pode ser tanto uma entidade jurídica como uma entidade física, constituída com o fim de exercer, num ou em vários locais, uma ou várias actividades de produção de bens e serviços.

Entidade gestora do sistema de abastecimento público ou entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção e construção, do sistema de abastecimento público de água, do sistema de águas residuais e/ou do sistema de resíduos sólidos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estações de tratamento de água (ETA): conjunto de equipamentos que garante à água condições de qualidade que permita a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estações de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Gestão de resíduos sólidos: refere-se, especificamente, ao que vulgarmente se designa por recolha e tratamento de lixo. De acordo com o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, Gestão de Resíduos Sólidos consiste nas operações de recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o auto-controlo

destas operações e a vigilância dos locais de descarga depois de encerrados. Relativamente aos sistemas de gestão de resíduos sólidos, podem ser especificadas as seguintes fases: recolha, recolha selectiva, transporte, valorização e eliminação.

Gestão técnica: constituição e condições técnicas de funcionamento dos sistemas de saneamento básico, ou seja: a caracterização física dos órgãos e outros componentes dos sistemas fixos, os parâmetros de funcionamento traduzidos pela quantidade dos produtos processados nos sistemas e os dados dos procedimentos de rotina de avaliação da qualidade desses produtos.

Impostos, taxas: impostos e taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (exemplo: taxa de saneamento). São ventiladas em função do nível (nacional ou local) do organismo que os colecta.

Incineração: qualquer equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, com ou sem recuperação de calor de combustão produzido, abrangendo o local de implantação e o conjunto da instalação constituído pelo incinerador, seus sistemas de alimentação por resíduos, por combustíveis e pelo ar, bem como os aparelhos e dispositivos de controlo das operações de incineração, de registo e de vigilância contínua das condições de incineração.

Índice de profissionalização: classificação dos Corpos de Bombeiros quanto à forma como os elementos que integra, exercem a sua actividade.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Investimentos: inclui as aquisições de imobilizado, assim como os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor imobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações “Fim de linha” e “Tecnologias integradas”.

Lixeira: local onde os resíduos são depositados sem qualquer controlo, com riscos evidentes para o ambiente (poluição do ar, água e solo) e para a saúde pública.

Natureza do Corpo de Bombeiros: designação do corpo de bombeiros de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Outros custos e perdas: do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos “verdes” e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

Outros índices de profissionalização: refere-se aos corpos de bombeiros em que assume carácter significativo o número de elementos que, no conjunto dos seus efectivos, exercem a função de bombeiro na condição de profissional e na condição de voluntário.

Outros proveitos e ganhos: proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. São incluídas, igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

Outros resíduos: inclui outros tipos de resíduos não especificados, nomeadamente os resíduos resultantes das varreduras, da limpeza de praias, monstros (objectos volumosos de uso doméstico, designadamente frigoríficos, fogões, colchões, etc.).

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência participaram efectivamente na actividade da instituição, independentemente do vínculo que tenham, à excepção dos indivíduos com contratos de prestação de serviços (vd. **Qualificação funcional dos recursos humanos**).

Pessoal não remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, sem receber uma remuneração regular a troco do seu trabalho, e os indivíduos destacados de outras instituições que não figuram na folha de pagamentos.

Pessoal remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, recebendo por esse facto uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com actividades de gestão e protecção do ambiente.

População: pessoas que residem habitualmente na área geográfica (Dados definitivos dos Censos 2001, INE).

População não servida: pessoas habitualmente residentes na área geográfica que não usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

População servida: pessoas habitualmente residentes na área geográfica que usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

Prestação de serviços de protecção ambiental: refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das actividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produto adaptado: produtos adaptados a medidas de protecção ambiental, e que obedecem às duas premissas seguintes:

- por um lado, sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo seja mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

Produto conexo: são todos aqueles, que por natureza, servem um objectivo de protecção ambiental

(exemplo: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

Produtores especializados: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (exemplo: gasolina s/ chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Bombeiros profissionais: diz respeito aos corpos de bombeiros em que todos os seus elementos fazem da actividade que exercem a sua profissão, assumindo o carácter de função remunerada exclusiva ou dominante.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Reciclagem de resíduos: reprocessamento dos resíduos num processo de produção para o fim original ou para outros fins. Refere-se apenas aos materiais componentes físicos dos resíduos recolhidos selectivamente e aos separados nas instalações de valorização e/ou eliminação e que são vendidos para reciclagem.

Recolha de resíduos: operação de apanha, triagem e/ou mistura de resíduos, com vista aos seu transporte.

Recolha selectiva de resíduos: recolha especial de resíduos que são objecto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (exemplo: vidrões e ecopontos).

Rendimentos de propriedade: inclui-se juros de depósitos, rendas de terrenos, etc.

Resíduos hospitalares: resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, tratamento e prevenção da doença em seres humanos ou animais e, ainda, as actividades de investigação relacionadas.

Resíduos industriais: resíduos produzidos em actividades ou processos industriais.

Resíduos sólidos urbanos: resíduos domésticos, resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e do sector de serviços e outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos domésticos desde que a produção diária unitária não exceda 1100 litros.

Separação na instalação de valorização e/ou eliminação de resíduos: materiais que fazem parte da composição física dos resíduos que, após separação na instalação de valorização e/ou eliminação, são vendidos para reciclagem.

Taxas e impostos indirectos: pagamentos obrigatórios efectuados pelos consumidores (desagregados por Particulares e Empresas) por contrapartida de serviços prestados pelo município.

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Trabalhos especializados: valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (exemplo: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos).

Transferências correntes: importâncias a entregar e/ou receber de quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador.

Transferências de capital: importâncias a entregar e/ou /receber de quaisquer organismos ou entidades, para financiar despesas de capital das unidades receptoras.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos. Habitualmente, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Figura 75

Tipos de tratamento de águas residuais	
Tipo de tratamento	Operações de tratamento
Preliminar	Gradagem
	Tamisação
	Desarenamento
Primário	Remoção de gorduras
	Sedimentação primária
	Flotação
	Coagulação
Secundário	Lamas activadas
	Leitos bacterianos
Terciário	Desinfecção
Quaternário	Tratamento para sólidos em suspensão, nutrientes e componentes orgânicos refractários
	Redução de salinidade

Valorização de resíduos: qualquer das operações que permita o reaproveitamento dos resíduos e cuja indicação consta do Anexo II da Portaria n.º 15/96, de 23 de Janeiro. Salienta-se que a compostagem e a incineração são operações de valorização.

Venda de bens e serviços: engloba o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializados, fornecidos pelas entidades no decurso do período considerado.

Venda de bens de investimento: compreende as importâncias recebidas pela venda de bens que impliquem uma alteração do património duradouro.

Venda de resíduos e/ou materiais reciclados: proveitos e ganhos resultantes de uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

Voluntários: diz respeito corpos de bombeiros em que todos os seus elementos exercem a função de bombeiro como actividade acessória não remunerada, dispondo, portanto, de uma outra actividade profissional.

4.3. Nomenclaturas

4.3.1. Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente

Domínio 1 – Protecção da Qualidade do Ar & Clima

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Protecção contra o Ruído & Vibrações (excepto protecção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por actividades industriais ou transportes. Actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Protecção da Biodiversidade e da Paisagem

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Protecção contra as Radiações

Compreende as actividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação & Desenvolvimento

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Actividades de Protecção do Ambiente

Compreende as actividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

Anexos 5

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº6/89 DE 15 DE ABRIL). DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA REGISTADO NO INE SOB O Nº 9321 VÁLIDO ATÉ 2003/12/31



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS

ANO DE 2002

ATENÇÃO

PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES EM ANEXO.

SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE

Avº António José de Almeida

1000-043 LISBOA

TELEFONE 218426100 - Ext.1313

INQUÉRITO AO AMBIENTE

FINANCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTÃO E PROTECÇÃO

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

1 DOMÍNIO PROT. DA QUALIDADE DO AR E CLIMA E DOMÍNIO PROT. DOS SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS(*)

Unidade: EUROS

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO DOS SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS
1		2		3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	1005		4005	
1.1 Taxas, Impostos e Multas	1010		4010	
1.2 Venda de Bens e Serviços	1015		4015	
1.3 Transferências Correntes	1020		4020	
Dos quais: 1.3.1 Administração Central	1025		4025	
1.3.2 Administração Regional e Local	1030		4030	
1.3.3 Exterior	1035		4035	
1.4 Outras Receitas Correntes	1040		4040	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+2.2)	1045		4045	
2.1 Transferências de Capital	1050		4050	
Dos quais: 2.1.1 Administração Central	1055		4055	
2.1.2 Administração Regional e Local	1060		4060	
2.1.3 Exterior	1065		4065	
2.2 Outras Receitas de Capital	1070		4070	
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	1075		4075	
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+ 3.4)	1080		4080	
3.1 Despesas com o Pessoal	1085		4085	
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	1090		4090	
3.3 Transferências Correntes	1095		4095	
3.4 Outras Despesas Correntes	1100		4100	
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+ 4.3)	1105		4105	
4.1 Investimentos	1110		4110	
4.2 Transferências de Capital	1115		4115	
4.3 Outras Despesas de Capital	1120		4120	
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	1125		4125	

OBSERVAÇÕES:

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

Abastecimento de Água

1. Abastecimento "em alta"

Sim

Não

Se respondeu Não, indique a entidade gestora:

2. Distribuição

3. Tratamento

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

Águas Residuais

1. Drenagem

Sim

Não

Se respondeu Não, indique a entidade gestora:

2. Tratamento e destino final

Unidade: EUROS

RUBRICAS	Código	ABASTECIMENTO DE ÁGUA				DRENAGEM, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DAS ÁGUAS RESIDUAIS			
		2				3			
1									
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	2005	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.1 Taxas, Impostos e Multas	2010	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2015	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.3 Transferências Correntes	2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Dos quais: 1.3.1 Administração Central	2025	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.3.2 Administração Regional e Local	2030	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.3.3 Exterior	2035	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
1.4 Outras Receitas Correntes	2040	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2)	2045	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
2.1 Transferências de Capital	2050	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Dos quais: 2.1.1 Administração Central	2055	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
2.1.2 administração Regional e Local	2060	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
2.1.3 Exterior	2065	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
2.2 Outras Receitas de Capital	2070	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
3. ACTIVOS FINANCEIROS	2075	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
4. PASSIVOS FINANCEIROS	2080	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3+4)	2085	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
5. DESPESAS CORRENTES (5.1+...+5.4)	2090	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
5.1 Despesas com o Pessoal	2095	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
5.2 Aquisição de Bens e Serviços	2100	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
5.3 Transferências Correntes	2105	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
5.4 Outras Despesas Correntes	2110	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6. DESPESAS DE CAPITAL (6.1+...+6.3)	2115	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6.1 Investimentos	2120	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
dos quais:									
6.1.1 Infra-estruturas de Abastecimento de Água	2125	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6.1.2 Infra-estruturas dos Sistemas de Drenagem	2130	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6.1.3 Infra-estrut. dos Sist. de Tratamento de Águas Residuais	2135	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6.2 Transferências de Capital	2140	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
6.3 Outras Despesas de Capital	2145	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
7. ACTIVOS FINANCEIROS	2150	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
8. PASSIVOS FINANCEIROS	2155	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
TOTAL DAS DESPESAS (5+6+7+8)	2160	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				

OBSERVAÇÕES:

3 DOMÍNIO GESTÃO DE RESÍDUOS E DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES(*)

Identifique com X o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

Domínio Gestão dos Resíduos	Sim	Não	Se respondeu <u>Não</u>, indique a entidade gestora:
1. Recolha de resíduos sólidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2. Tratamento e destino final	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
3. Recolha Selectiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____

Unidade: EUROS

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO GESTÃO DE RESÍDUOS	Código	DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES
1		2		3
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	3005		5005	
1.1 Taxas, Impostos e Multas	3010		5010	
1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3015		5015	
1.3 Transferências Correntes	3020		5020	
Dos quais: 1.3.1 Administração Central	3025		5025	
1.3.2 Administração Regional e Local	3030		5030	
1.3.3 Exterior	3035		5035	
1.4 Outras Receitas Correntes	3040		5040	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2)	3045		5045	
2.1 Transferências de Capital	3050		5050	
Dos quais: 2.1.1 Administração Central	3055		5055	
2.1.2 Administração Regional e Local	3060		5060	
2.1.3 Exterior	3065		5065	
2.2 Outras Receitas de Capital	3070		5070	
3. ACTIVOS FINANCEIROS	3075			
4. PASSIVOS FINANCEIROS	3080			
TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3+4)	3085		5075	
5. DESPESAS CORRENTES (5.1+...+5.4)	3090		5080	
5.1 Despesas com o Pessoal	3095		5085	
5.2 Aquisição de Bens e Serviços	3100		5090	
5.3 Transferências Correntes	3105		5095	
5.4 Outras Despesas Correntes	3110		5100	
6. DESPESAS DE CAPITAL (6.1+...+6.3)	3115		5105	
6.1 Investimentos	3120		5110	
dos quais:				
6.1.1 Infra-estruturas de Recolha e Transporte	3125			
6.1.2 Ecopontos, Ecocentros e Unidades de Triagem	3130			
6.1.3 Infra-estruturas de Tratamento e Destino Final	3135			
6.2 Transferências de Capital	3140		5115	
6.3 Outras Despesas de Capital	3145		5120	
7. ACTIVOS FINANCEIROS	3150			
8. PASSIVOS FINANCEIROS	3155			
TOTAL DAS DESPESAS (5+6+7+8)	3160		5125	

OBSERVAÇÕES:

4 DOMÍNIO PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM, DOMÍNIO INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DOMÍNIO OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE(*)

Unidade: EUROS

RUBRICAS	Código	DOMÍNIO		DOMÍNIO		DOMÍNIO	
		PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM	Código	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Código	OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE	Código
1		2		3		4	
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)	6005		8005		9005		
1.1 Taxas, Impostos e Multas	6010		8010		9010		
1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços	6015		8015		9015		
1.3 Transferências Correntes	6020		8020		9020		
Dos quais: 1.3.1 Administração Central	6025		8025		9025		
1.3.2 Administração Regional e Local	6030		8030		9030		
1.3.3 Exterior	6035		8035		9035		
1.4 Outras Receitas Correntes	6040		8040		9040		
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2)	6045		8045		9045		
2.1 Transferências de Capital	6050		8050		9050		
Dos quais: 2.1.1 Administração Central	6055		8055		9055		
2.1.2 Administração Regional e Local	6060		8060		9060		
2.1.3 Exterior	6065		8065		9065		
2.2 Outras Receitas de Capital	6070		8070		9070		
TOTAL DAS RECEITAS (1+2)	6075		8075		9075		
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)	6080		8080		9080		
3.1 Despesas com o Pessoal	6085		8085		9085		
3.2 Aquisição de Bens e Serviços	6090		8090		9090		
3.3 Transferências Correntes	6095		8095		9095		
3.4 Outras Despesas Correntes	6100		8100		9100		
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	6105		8105		9105		
4.1 Investimentos	6110		8110		9110		
dos quais:							
4.1.1 Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6115						
4.1.2 Protecção das Espécies e Ecossistemas, Áreas e Sítios Protegidos, Reservas Naturais/Florestais	6120						
4.1.3 Luta contra a Poluição dos Rios e Ribeiras e Limpeza do Litoral	6125						
4.2 Transferências de Capital	6130		8115		9115		
4.3 Outras Despesas de Capital	6135		8120		9120		
TOTAL DAS DESPESAS (3+4)	6140		8125		9125		

OBSERVAÇÕES _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____ TELEFONE: _____

SERVIÇO: _____ FAX: _____

LOCALIDADE: _____ EXTENSÃO: _____

ASSINATURA: _____ DATA: _____

6 Operações económicas no Domínio Protecção da Qualidade do Ar e Clima

6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

6.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)

6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)

6.2 Custos e perdas

6.2.1 Contratação de trabalhos especializados

6.2.1.1 Administração Pública

6.2.1.2 Sector Privado

6.2.2 Taxas

6.2.2.1 Administração Local

6.2.3 Outros custos e perdas

6.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

6.3 Proveitos e ganhos

6.3.1 Prestação de Serviços

6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

7 Operações económicas no Domínio Protecção do Recurso Água

7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

7.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)

7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)

7.2 Custos e perdas

7.2.1 Contratação de trabalhos especializados

7.2.1.1 Administração Pública

7.2.1.2 Sector Privado

7.2.2 Taxas

7.2.2.1 Administração Local

7.2.3 Outros custos e perdas

7.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

7.3 Proveitos e ganhos

7.3.1 Prestação de Serviços

7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

8 Operações económicas no Domínio Gestão de Resíduos

8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

8.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)

8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)

8.2 Custos e perdas

8.2.1 Contratação de trabalhos especializados

8.2.1.1 Administração Pública

8.2.1.2 Sector Privado

8.2.1.2.1 Contrapartidas pagas à Sociedade Ponto - Verde

8.2.1.2.2 Contrapartidas pagas à Valormed

8.2.2 Taxas

8.2.2.1 Administração Local

8.2.3 Outros custos e perdas

8.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

8.3 Proveitos e ganhos

8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados

8.3.2 Prestações de serviços

8.3.3 Outros proveitos e ganhos

9 Operações económicas no Domínio Protecção Contra o Ruído e Vibrações**9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

9.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

9.2 Custos e perdas

9.2.1 Contratação de trabalhos especializados

9.2.1.1 Administração Pública

9.2.1.2 Sector Privado

9.2.2 Taxas

9.2.2.1 Administração Local

9.2.3 Outros custos e perdas

9.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

9.3 Proveitos e ganhos

9.3.1 Prestação de Serviços

9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

10 Operações económicas no Domínio Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas**10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

10.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

10.2 Custos e perdas

10.2.1 Contratação de trabalhos especializados

10.2.1.1 Administração Pública

10.2.1.2 Sector Privado

10.2.2 Taxas

10.2.2.1 Administração Local

10.2.3 Outros custos e perdas

10.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

10.3 Proveitos e ganhos

10.3.1 Prestação de Serviços

10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

11 Operações económicas no Domínio Biodiversidade e Paisagem**11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

11.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

11.2 Custos e perdas

11.2.1 Contratação de trabalhos especializados

11.2.1.1 Administração Pública

11.2.1.2 Sector Privado

11.2.2 Taxas

11.2.2.1 Administração Local

11.2.3 Outros custos e perdas

11.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

11.3 Proveitos e ganhos

11.3.1 Prestação de Serviços

11.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

12 Operações económicas noutros Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente

12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)

12.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2 Custos e perdas

12.2.1 Contratação de trabalhos especializados

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.1.1 Administração Pública

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.1.2 Sector Privado

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.2 Taxas

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.2.1 Administração Local

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.3 Outros custos e perdas

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.3 Proveitos e ganhos

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.3.1 Prestação de Serviços

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinale os domínios em que a empresa desenvolveu actividades

Investigação & Desenvolvimento

 (1)

Radiações

 (2)

Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente

 (3)

13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente

Categorias Funcionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente		Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
	Maioritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	
13.1 Dirigentes			,
13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores			,
13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa			,
13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			,
13.5 Operários, Aprendizes e Praticantes			,

Observações:

Responsável pelo Preenchimento:

Nome _____ Telefone: _____

Serviço _____ Telefax: _____

Assinatura _____ E_mail _____ Data: ____ / ____ / ____

2 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DE PREENCHIMENTO **(Continuação)**

PESSOAS REMUNERADAS - Das pessoas que estavam no activo no Corpo de Bombeiros, aquelas que receberam uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

PESSOAS NÃO REMUNERADAS - Das pessoas que estavam no activo no Corpo de Bombeiros, aquelas que não receberam uma remuneração regular a troco do seu trabalho, e os funcionários destacados da Administração Local e que não figuram na folha de pagamentos.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE - Incluem-se juros de depósitos, rendas de terrenos, etc.

QUADRO 3 - RECEITAS E DESPESAS (8)

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NAS RECEITAS - Compreendem todas as transferências entre quaisquer sectores ou subsectores institucionais, constituindo desta forma um recurso da Instituição:

- da Administração Central (ex: do Serviço Nacional de Bombeiros ou do Governo Civil);
- da Administração Regional e Local (ex: da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia);
- do Exterior (ex: União Europeia).

VENDA DE SERVIÇOS - Incluem-se rendas e alugueres de habitação, de edifícios, rendas de outros bens e ainda fornecimentos e serviços diversos (ex: piquetes em recintos e casas de espectáculos e outros, vistorias e peritagens, serviços de primeiros socorros e enfermagem, aluguer de material e viaturas, conduções pagas em ambulâncias e viaturas, etc).

VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO - Receitas obtidas pela venda de bens que impliquem uma alteração do património duradouro (ex: venda de material de transporte).

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL NAS RECEITAS - Compreendem todas as transferências entre quaisquer sectores ou subsectores institucionais, afectando o património duradouro, constituindo desta forma um recurso da Instituição.

Vd. **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NAS RECEITAS.**

DESPESAS COM O PESSOAL - Incluem-se nesta rubrica as remunerações, os abonos variáveis ou eventuais e as contribuições para a Segurança Social.

AQUISIÇÃO DE BENS - Incluem-se a despesa de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços consumidos no decurso do período de referência (ex: material de educação, cultura e recreio, material honorífico e de representação, matérias-primas, combustíveis e lubrificantes, munições e explosivos, alimentação, material de secretária, peças para material de transporte).

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - Incluem-se a despesa de todos os serviços consumidos no decurso do período de referência (ex: encargos de instalações, conservação de bens, locação de edifícios, locação de material informático, comunicações transportes, seguros de material, estudos de consultadoria e técnicas de incêndios, etc.).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES NAS DESPESAS - Contabilizam-se as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador.

INVESTIMENTOS - Contabilizam-se as importâncias despendidas pelo Corpo de Bombeiros com a aquisição de bens que contribuam para a formação de capital fixo (ex: construção do quartel, aquisição de aparelhos, máquinas e equipamento e, material de transporte, para combate a incêndios).

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL NAS DESPESAS - Incluem as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras.

OBSERVAÇÕES: _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____
SERVIÇO: _____ TEL : _____
LOCALIDADE: _____ FAX : _____
ASSINATURA: _____ EXTENSÃO : _____
DATA: ____ / ____ / ____

**Envie em anexo ao questionário preenchido para resposta,
uma cópia da "Conta de Gerência" ou "Relatório e Contas".**

1 - INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- Os espaços sombreados destinam-se à classificação ou codificação a efectuar pelos Serviços do INE. **Não escreva nesses espaços.**
- Os quadros ou rubricas assinaladas **com um índice numérico** contêm notas explicativas.
- Unidade monetária** utilizada no preenchimento do inquérito:
ATENÇÃO. Não se esqueça que:
1º - Os valores monetários devem ser expressos em **euros exactos sem decimais**;
2º - **Os arredondamentos serão por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5 e por defeito quando forem inferiores.**
Ex: 6370,6572 euros, inscrever

						6	3	7	1
--	--	--	--	--	--	---	---	---	---
- Quando por qualquer motivo, não for possível prestar, com precisão, algumas das informações pedidas, poderá **recorrer a estimativas**. Quando tal acontecer, deverá assinalar com um cardinal (#) esse facto.
Ex: 20 550 euros inscrever #

						2	0	5	5	0
--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---
- O preenchimento dos quadros de natureza contabilística deve estar de acordo com os elementos retirados da Conta de Gerência. Caso a Associação possua contabilidade organizada segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC), deverá sempre que possível preencher as rubricas para as quais disponha de dados.

2 - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DE PREENCHIMENTO

QUADRO 1 - DADOS GERAIS

- NATUREZA** - Designação do Corpo de Bombeiros de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém.
- ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO** - Área de intervenção própria corresponde em regra geral, à área do município. Caso, outra que não o município, considere como "Área de acção restrita".
- OUTROS INCÊNDIOS** - Consideram-se os incêndios ocorridos em terrenos agrícolas, terrenos incultos, em zonas rurais, urbanos ou industriais, bem como, os incêndios ocorridos nos meios de transportes.
- OUTROS SERVIÇOS** - Consideram-se as actividades relacionadas com acidentes rodoviários, aéreos, ferroviários ou de trabalho, bem como, de outros acidentes ocorridos com o manuseamento de matérias perigosas, fugas de gás, inundações, desabamentos de terras, socorros a animais, etc.
- NÚMERO DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS** - Nº total de ocorrências a que o Corpo de Bombeiros teve de intervir, por tipo de serviço prestado.
- NÚMERO DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS** - Nº de horas que o pessoal do Corpo de Bombeiros, consagrou nas actividades de combate a incêndios florestais.

QUADRO 2 - RECURSOS HUMANOS (7)

RECURSOS HUMANOS - Nº de pessoas que estavam no activo no Corpo de Bombeiros, de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém, segundo o sexo e o tipo de prestação de serviço.



PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS
ANO DE 2002

DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES EM ANEXO. SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Avª António José de Almeida
1000-043 LISBOA
TELEFONE 218426100 EXT 1416

INQUÉRITO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

DEVOLVA ESTE IMPRESSO
DEVIDAMENTE PREENCHIDO ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

1		DADOS GERAIS	
1.1	IDENTIFICAÇÃO		
(assinalar com um X a quadrícula correspondente)			
Organização não Governamental de Ambiente (ONGA)		<input checked="" type="checkbox"/> 1005	
<input type="checkbox"/> 01	Equiparada	<input type="checkbox"/> 02	Agrupamento <input type="checkbox"/> 03
Designação: _____			
Número de identificação de pessoa colectiva ou entidade equiparada		<input checked="" type="checkbox"/> 1010	_____01
Localização da sede:			_____02
Distrito/Ilha _____	Concelho _____	Freguesia _____	
Localidade _____		Rua _____	
Código Postal _____		Telefone _____	Fax _____
1.2	SITUAÇÃO DA ACTIVIDADE		<input checked="" type="checkbox"/> 1020
(assinalar com um X a quadrícula correspondente)			
Em actividade		<input type="checkbox"/> 01	
Aguarda início de actividade		<input type="checkbox"/> 02	
Com actividade suspensa em (*)		<input type="checkbox"/> 03	
Dissolvida em		<input type="checkbox"/> 04	
		(AA) / (MM) / (DD)	
		(AA) / (MM) / (DD)	
2		NATUREZA DOS ASSOCIADOS	
ENTIDADES ASSOCIADAS (*)		CÓDIGO	NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 31 DE DEZEMBRO
1			2
TOTAL (1+...+6)		2005	_____
1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		2010	_____
2. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL		2015	_____
3. OUTROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		2020	_____
4. EMPRESAS		2025	_____
5. PARTICULARES		2030	_____
6. OUTROS		2035	_____

3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

NÚMERO DE ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR DOMÍNIO	CÓDIGO	DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)																		
		PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA	GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS	GESTÃO DOS RESÍDUOS	PROTECÇÃO DE SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS	PROTECÇÃO CONTRA O RÚIDO E VIBRAÇÕES	PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM	PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE										
		2	3	4	5	6	7	8	9	10										
PUBLICAÇÕES, ESTUDOS TÉCNICOS, AÇÕES DE FORMAÇÃO	3005	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA	3020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CONGRESSOS, COLÓQUIOS, EXPOSIÇÕES/FEIRAS, COOPERAÇÃO INTEGRADA INTERNACIONAL	3025	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PASSEIOS DE NATUREZA	3045	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OUTRAS ACTIVIDADES (*)	3050	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ESPECIFIQUE:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.2 PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS VÁRIOS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)

DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)	CÓDIGO	PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS (%)	
		1	2
PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA	3055	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS	3060	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GESTÃO DE RESÍDUOS	3065	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROTECÇÃO DOS SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS	3070	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROTECÇÃO CONTRA O RÚIDO E VIBRAÇÕES	3075	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM	3080	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES	3085	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	3090	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE	3095	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TOTAL		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4

PESSOAL AO SERVIÇO, POR CATEGORIAS FUNCIONAIS (*)

PESSOAL AO SERVIÇO POR CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO
1		2
TOTAL (1+2)	4005	□ □ □ □ □ □
1. PESSOAL NÃO REMUNERADO	4010	□ □ □ □ □ □
2. PESSOAL REMUNERADO (2.1+...+2.4)	4015	□ □ □ □ □ □
2.1. DIRIGENTES	4020	□ □ □ □ □ □
2.2. QUADROS E TÉCNICOS SUPERIORES	4030	□ □ □ □ □ □
2.3. QUADROS E TÉCNICOS MÉDIOS	4055	□ □ □ □ □ □
2.4. EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS, COMERCIAIS E SERVIÇOS	4060	□ □ □ □ □ □
3. DO TOTAL DO PESSOAL AO SERVIÇO, INDIQUE:	4040	□ □ □ □ □ □
3.1. PESSOAL A TEMPO COMPLETO	4045	□ □ □ □ □ □
3.2. PESSOAL A TEMPO PARCIAL	4050	□ □ □ □ □ □

5

RECEITAS E DESPESAS (*)

5.1

RECEITAS

RUBRICAS	CÓDIGO	VALOR (Euros)
1		2
1. RECEITAS CORRENTES (1.1 +...+1.6)	5005	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.1. CONTRIBUIÇÕES DIRECTAS DOS ASSOCIADOS	5010	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.2. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5015	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (1.3.1+...+1.3.4)	5020	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5025	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	5030	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.3. DO SECTOR PRIVADO (1.3.3.1+...+1.3.3.3)	5035	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.3.1. EMPRESAS	5040	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES	5045	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.3.3. PARTICULARES	5050	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.3.4. DO EXTERIOR	5055	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.4. VENDA DE BENS	5290	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.5. VENDA DE SERVIÇOS	5295	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5065	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 +...+2.3)	5070	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.1. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	5075	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (2.2.1+...+2.2.4)	5080	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5085	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	5090	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.3. DO SECTOR PRIVADO (2.2.3.1+...+2.2.3.3)	5095	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.3.1. EMPRESAS	5100	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES	5105	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.3.3. PARTICULARES	5110	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.2.4. DO EXTERIOR	5115	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
2.3. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5125	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2)	5130	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

